



ATA NÚMERO SEIS

ATA DA 3.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE JUNHO DE DOIS MIL E CATORZE.

----- Aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos, na Sala D. Manuel I do edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, na sua 4.ª sessão ordinária, convocada pelo seu Presidente, Luciano da Silva Gomes, em edital datado de onze de junho do corrente ano com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

- 1. Período de Antes da Ordem do Dia, de acordo com o estipulado pelo art.º 41.º do Regimento da Assembleia Municipal.**-----
- 2. Período de Intervenção do Público, de acordo com o estipulado pelo art.º 42.º do Regimento da Assembleia Municipal.**-----
- 3. Período da Ordem do Dia:**-----
 - 3.1. Apreciação e votação das atas n.ºs 3, 4 e 5/2014;**-----
 - 3.2. Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade da Câmara (alínea c) do n.º 2 do artigo 5.º do Regimento e alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro);**-----
 - 3.3. Oficialização do Hino da Maia;**-----
 - 3.4. Regulamento do Programa Municipal de Emergência Social;**-----
 - 3.5. Alteração da Postura de Trânsito – Rua Grão Vasco e envolventes na freguesia da Cidade da Maia;**-----
 - 3.6. Reversão a favor do município da Maia do terreno sito no Gaveto da Avenida Dr. José Vieira de Carvalho com a Rua Dr. Farinhote, no Lugar do Padrão, freguesia de Moreira, doado pela escritura pública n.º 88/97 à Santa Casa da Misericórdia da Maia e destinado à construção de uma unidade hospitalar – celebração de escritura pública de distrete de doação;**-----

3.7. Declaração do Interesse Público da operação urbanística de edificação de um Centro de Formação Empresarial e de Conferências, na Quinta dos Cónegos, na freguesia da Cidade da Maia;

3.8. Atribuição de um subsídio, no valor de 43 644,44 Euros, a liquidar sessenta (60) dias após a aprovação da presente proposta, à Junta de Freguesia do Castêlo da Maia, tendo em vista o apoio à realização de obras de conservação nos edifícios das ex-Sedes de Juntas de Freguesia de Gondim e Barca;

3.9. Criação da figura do Provedor Municipal dos Municípios da Maia; Estatuto do Provedor Municipal dos Municípios da Maia para posterior aprovação pela Assembleia Municipal da Maia; Regulamento de funções do Provedor Municipal dos Municípios da Maia para posterior aprovação pela Assembleia Municipal da Maia, proposta de aprovação de uma personalidade para ser eleita Provedor Municipal pela Assembleia Municipal da Maia;

3.10. “Prestação de serviço de auditoria financeira para os anos de 2014, 2015 e 2016” – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia;

3.11. Relatórios e Contas 2013 – Fundos Especiais de Investimento.

O Presidente da Assembleia Municipal, Luciano da Silva Gomes, iniciou os trabalhos com uma saudação a todos os presentes. Informou que, sendo estas sessões públicas, e segundo as normas do Regimento da Assembleia, os cidadãos presentes e interessados em intervir no Período de Intervenção do Público, o poderiam fazer, após preenchimento do impresso próprio, lembrando que não poderiam intervir por um tempo superior a cinco minutos, sem direito a resposta. Abriu as inscrições para o Período de Antes da Ordem do Dia, solicitando que se houvesse documentos para votação, que os mesmos dessem entrada na Mesa, para a mesma se organizar. Deu nota do seguinte pedido de substituição: o Senhor Deputado Hélder da Costa Pereira Ribeiro, do Partido dos Animais e da Natureza tinha solicitado a suspensão do mandato por um período de noventa (90) dias, sendo substituído pela Senhora Deputada Maria Clara Costa Lemos; O Senhor Deputado Hélder Tiago Ferreira Quintas de Oliveira, da Coligação “Sempre pela Maia” tinha solicitado a sua substituição para esta sessão, sendo substituído pela Senhora Deputada Cátia Daniela Maia da Silva; o Senhor Deputado



do Partido Socialista, Adão Fernando Batista Bastos tinha solicitado a sua substituição para a presente sessão, sendo substituído pelo Senhor Deputado Edgar Pinheiro de Castro Rocha; a Senhora Deputada Marisa do Rosário Talhas Macedo Ribeiro, da CDU, tinha solicitado a sua substituição para a presente sessão, sendo substituída pelo Senhor Deputado Alberto Luís Ferreira Neto; o Senhor Deputado do Partido Socialista, Pedro Miguel Monteiro Martins tinha solicitado a sua substituição para a presente sessão, sendo substituído pela Senhora Deputada Carla Susana Ferreira Dias. Os documentos comprovativos destas substituições fazem parte integrante da ata como documentos **1 a 5**. Verificadas as presenças constatou-se a presença de todos os Senhores Deputados convocados.

1. Período de Antes da Ordem do Dia, de acordo com o estipulado pelo art.º 41.º do Regimento da Assembleia Municipal:

-----Inscreram-se os Senhores Deputados:

Edgar Pinheiro de Castro Rocha cumprimentou todos os presentes, lendo de seguida o documento identificado com o número **6**.

Silvestre Santos Gomes Pereira cumprimentou todos os presentes, lendo de seguida os documentos – Moções - identificados com os números **7 e 8**.

Pedro Miguel Neves Ferreira cumprimentou todos os presentes, lendo de seguida o documento identificado com o número **9**.

António Manuel Santos Teixeira cumprimentou todos os presentes, afirmando que decorreram entre os dias 16 e 18 de maio, em vinte lugares da capital, os campeonatos nacionais de desporto escolar. Estes realizaram-se pela primeira vez de forma concentrada e tiveram a participação de cerca de três mil alunos. O Agrupamento da Escola Secundária de Águas Santas não deixou mais uma vez os “seus créditos por mãos alheias” e sagrou-se vencedor em duas modalidades: boccia e dança, enchendo de orgulho os maiatos e em particular todos os aquisantenses. Pelo trabalho já desenvolvido, pelos resultados e pela projeção que alcançaram, granjeando o respeito e a admiração de toda a comunidade escolar, entendiam que estes jovens deviam ser dignos de louvor, passando de seguida à leitura dos votos de louvores, identificados com os números **10 e 11**.

Cândido Joaquim Lima da Silva Graça cumprimentou os presentes, lendo de seguida o documento – voto de louvor - identificado com o número **12**.

Joaquim Silva Azevedo Sousa cumprimentou os presentes, lendo de seguida o documento – voto de louvor - identificado com o número **13**.

António Fernando Gomes de Oliveira e Silva prescindiu do uso da palavra.

---- Posta à admissão o voto de louvor aos seniores do Futebol Clube de Pedras Rubras, do Deputado Independente por Vila Nova da Telha, identificado com o número **13**, foi aprovada a sua admissão por **unanimidade**.

---- Posta à votação o voto de louvor foi o mesmo aprovado por **unanimidade**.

---- Posta à admissão o voto de louvor a todos os atletas que alcançaram lugares de pódio na época desportiva 2013/2014 bem como às associações a que se encontravam associados e a todos os alunos que alcançaram lugares de pódio no ano escolar 2013/2014 bem como às respetivas escolas, da Coligação “Sempre pela Maia”, identificado com o número **12**, foi aprovada a sua admissão por **unanimidade**.

---- Posta à votação o voto de louvor foi o mesmo aprovado por **unanimidade**.

---- Posta à admissão o voto de louvor ao Grupo de Boccia da Escola Secundária de Águas Santas, do Partido Socialista, identificado com o número **10**, foi aprovada a sua admissão por **unanimidade**.

---- Posta à votação o voto de louvor foi o mesmo aprovado por **unanimidade**.

---- Posta à admissão o voto de louvor ao Grupo de Dança do Desporto Escolar GDDE de Águas Santas, também designado por “Alma Mater Artis”, do Partido Socialista, identificado com o número **11**, foi aprovada a sua admissão por **unanimidade**.

---- Posta à votação o voto de louvor foi o mesmo aprovado por **unanimidade**.

---- Posta à admissão a moção “Cortar na educação é afundar o país e comprometer o futuro”, do Bloco de Esquerda, identificada com o número **8**, foi aprovada a sua admissão por **unanimidade**.

---- Inscreveu-se e usou da palavra o Senhor Deputado **António Fernando Gomes de Oliveira e Silva**, que após cumprimentar todos os presentes, afirmou que o Grupo Parlamentar da Coligação “Sempre pela Maia” votaria contra esta moção, não porque não concordava em declarar a importância



decisiva da escola inclusiva para a superação da atual crise e para a construção de um país com futuro mas lamentava alguma demagogia política utilizada com o encerramento de algumas escolas do primeiro ciclo quando se pedia que se manifestasse solidariedade às populações e municípios visados quando era público que a esmagadora maioria dos municípios onde houve encerramento, até concordaram com o mesmo. Era pouca a argumentação dada para votarem favoravelmente, entendendo que as escolas tinham que ter alunos para funcionar e sustentar escolas abertas, mas sem alunos, era um erro de gestão que o país não podia nem devia suportar. O município da Maia, por força da sua demografia e também do sábio investimento que tinha feito na área da educação, não tinha nenhuma escola do primeiro ciclo a ser encerrada.

Silvestre Santos Gomes Pereira pediu a palavra para prestar esclarecimento: o Bloco de Esquerda não tinha nada contra a posição da Coligação “Sempre pela Maia” – que era a do Governo – mas chegaria a vez da Maia, tendo aliás já “batido” levemente. Afirmou que não eram assim tão poucos os municípios que se pronunciaram, estando alguns em “pé de guerra” com o Governo, citando o caso de Viseu, onde fechariam escolas com mais de vinte alunos. O Bloco de Esquerda pensava que esta moção seria pacífica porque apenas se pedia a solidariedade para com os municípios/populações visados porque, no futuro, a Maia também iria precisar da solidariedade de outros municípios.

---- Posta à votação a moção, foi a mesma **rejeitada com vinte e seis (26) votos contra da Coligação “Sempre pela Maia”, com dezasseis (16) votos a favor do Partido Socialista, da Coligação Democrática Unitária, do Bloco de Esquerda e do Independentes por Vila Nova da Telha e uma (1) abstenção do Partido dos Animais e da Natureza.**

---- Posta à admissão a Moção “Por finanças municipais que sirvam as populações / Pela autonomia e responsabilidade do poder local”, do Bloco de Esquerda, identificada com o número 7, foi aprovada a sua admissão por **unanimidade**.

---- Inscreveu-se e usou da palavra o Senhor Deputado **António Fernando Gomes de Oliveira e Silva**, começando por esclarecer que a nova Lei das Finanças Locais era a Lei número setenta e três de dois mil e treze, de 3 de setembro; informou que estava em apreciação no Parlamento a Lei número duzentos e trinta e dois/XII, parecendo assim oportuna esta moção e que a Coligação votaria sempre

favoravelmente todas as moções que mostrassem que esta Assembleia Municipal devia insistir no reforço das competências dos municípios com a consequente melhoria dos recursos das autarquias locais, bem como manifestar discordância com a imposição aos municípios de assumirem setenta por cento da realização do capital social do FAM (embora fosse um valor em fase de apreciação) e com a prevista subtração até um vírgula oito por cento, durante cinco anos, da receita anual de todos os municípios na sua participação no FEF, no IUC e IMI.

---- Posta à votação a moção foi a mesma aprovada por **unanimidade**.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal da Maia, Eng.^o António Domingos da Silva Tiago, cumprimentou todos os presentes, associando-se, em primeiro lugar, em seu nome e da Câmara Municipal, aos votos de louvores já aprovados pela Assembleia Municipal; relativamente à Cooperzoo esclareceu que a Câmara Municipal, com uma percentagem reduzida no capital da cooperativa, ainda não tinha recebido o relatório da auditoria solicitada pela Assembleia de Freguesia da Cidade da Maia, não podendo assim pronunciar-se. Quanto à questão colocada pelo Senhor Deputado Pedro Miguel Neves Ferreira, relativa aos transportes públicos, solicitou que lhe fosse entregue uma cópia da sua intervenção para apreciação e, oportunamente, a Câmara Municipal valer-se-ia dessa argumentação junto da STCP. Relativamente à preocupação da concessão/privatização da STCP, este era um assunto que estava a ser analisado no âmbito do Conselho Metropolitano do Porto, estando a Câmara Municipal atenta e iria fazer valer as suas razões quer em sede deste Conselho quer junto do Governo.

2. Período de intervenção do público, de acordo com o estipulado pelo art.^o 42.^o do Regimento da Assembleia Municipal;

---- Inscreveu-se para uso da palavra o Senhor José Augusto Soares Machado, residente na Rua Central do Carvalhido, n.^o 1063, na freguesia de Moreira, que interveio para falar sobre resíduos urbanos e que enquanto prestador de um serviço (separação do lixo e manutenção/limpeza dos contentores) não auferia nenhum benefício, pagando inclusive mais consumo de água, conforme documento identificado com o número 14.



----- Inscreveu-se para uso da palavra o Senhor José Alberto da Silva Sereno, residente na Rua Manuel Pinto Azevedo, n.º 187, r/ch, na freguesia de Pedrouços, que interveio para falar sobre ambiente e o campo de treinos do Pedrouços Atlético Clube, conforme documento identificado com o número 15.---

----- Inscreveu-se para uso da palavra o Senhor Armindo Silva Moutinho, residente na Rua da Cobreira, 110, na freguesia do Castêlo da Maia, que interveio para falar o encerramento da passagem pública em Barca e a invasão territorial de Vermoim sobre Barca, nomeadamente na Urbanização Monte Xisto conforme documento identificado com o número 16.-----

3. Período da Ordem do Dia:

3.1. Apreciação e Votação das atas n.ºs 3, 4 e 5/2014.

----- As atas n.ºs 3, 4 e 5/2014 foram **aprovadas por maioria, com duas (2), quatro (4) e seis (6) abstenções**, sendo estas dos senhores deputados ausentes das respetivas sessões.-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Domingos da Silva Tiago, solicitou à Mesa a retirada dos pontos “3.3 Oficialização do Hino da Maia” e “3.9. Criação da figura do Provedor Municipal dos Municípios da Maia; Estatuto do Provedor Municipal dos Municípios da Maia para posterior aprovação pela Assembleia Municipal da Maia; Regulamento de funções do Provedor Municipal dos Municípios da Maia para posterior aprovação pela Assembleia Municipal da Maia, proposta de aprovação de uma personalidade para ser eleita Provedor Municipal pela Assembleia Municipal da Maia”.-----

----- Posta à votação, a Assembleia Municipal **aprovou por unanimidade**, a retirada dos pontos 3.3 e 3.9, da Ordem de Trabalhos.-----

3.2. Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade da Câmara (alínea c) do n.º 2 do artigo 5.º do Regimento e alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), documento identificado com o número 17:

-----Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados:-----

António Ferreira Neto Taveira cumprimentou os presentes, registando relativamente à informação do Senhor Presidente que houve uma evolução no tipo de informação prestada. De seguida, colocou algumas questões – algumas já referenciadas em sessões anteriores - relativas às novas instalações do

Tribunal já que com a nova reforma dos tribunais, em setembro, haveria alterações na competência territorial e administrativa de alguns; sobre a manutenção dos empreendimentos sociais, questionou novamente quais os empreendimentos (todos ou só alguns), quais as medidas a serem tomadas, para quando e que tipo de manutenção iria ser feito; sobre as SCUT'S, questionou se relativamente às que penalizavam a Maia, se já havia alguma consequência com resultados positivos de tantas visitas de Ministros e de Secretários de Estado ao município maiato; por último questionou em relação aos pisos sintéticos dos campos desportivos, se havia concurso público e para quando estava projetado o seu início, para deixar de ser apenas uma promessa eleitoral.-----

Ana Maria Fernandes Leite cumprimentou os presentes, e relativamente ao anexo que dava conta da situação financeira do município, mais concretamente, da situação financeira do Tecmaia, o endividamento desta empresa com impacto de nove, quinze por cento no total do endividamento do município era preocupante; no último Relatório de Gestão e Contas verificou-se que o Tecmaia encontrava-se numa situação financeira grave com valores elevados de endividamento, sendo preocupante o seu futuro, sendo preocupante para a competitividade do município maiato bem como para a manutenção e criação de postos de trabalho; no ponto três do Relatório era feita alusão à banca, sendo referido que, para colmatar esta situação financeira, haviam sido levadas a cabo um conjunto de diligências no sentido de implementar um acordo com os bancos credores para solver a totalidade da dívida; também neste documento era dado conta que a implementação do referido acordo estaria concluída entre abril e maio do presente ano; ainda no mesmo documento, nos pontos dezanove ponto um e dezanove ponto dois, relativas à aprovação das demonstrações financeiras, era referido que estavam a ser avaliados cenários alternativos da aplicação da Lei cinquenta de dois mil e doze, de forma a não interferir e a não por em causa o funcionamento e a existência do Parque de Ciência e Tecnologia da Maia. Face a todo o exposto, questionava a Câmara Municipal, na pessoa do Senhor Vice-Presidente, sobre o ponto de situação da implementação do acordo já mencionado, que medidas estavam a ser tomadas para a manutenção e solvabilidade do Tecmaia e que cenários alternativos estavam a ser estudados caso este acordo não se venha a verificar. -----



O Senhor Vice-Presidente, Eng.^o António Domingos da Silva Tiago, relativamente às questões levantadas pelo Senhor Deputado António Ferreira Neto Taveira respondeu o seguinte: em relação às novas instalações do Tribunal da Maia foi aberto pelo Ministério da Justiça um concurso público, tendo sido apresentado uma proposta, que era a do Pólo dos Serviços Públicos, adjacente ao Fórum da Maia, estando a decisão final, neste momento, nos seus últimos procedimentos, designadamente em termos de autorização por parte do Ministério das Finanças para celebrar o contrato de arrendamento; relativamente aos empreendimentos sociais de habitação, repetiu exatamente o que tinha dito na última sessão da assembleia municipal: quais os empreendimentos? Todos os que necessitarem de obras de manutenção/conservação; quando? Durante o presente mandato; como? Com as obras tecnicamente recomendáveis para resolver alguns problemas de conservação e manutenção exterior assim como interior, que rondavam o valor de catorze milhões de euros. Como era expresso na informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal estava em avanço o concurso público para a eficiência energética e, neste momento, os serviços técnicos e jurídicos da empresa Espaço Municipal estavam a preparar os primeiros concursos para as manutenções dos primeiros empreendimentos. Relativamente aos sintéticos, lembrou que o município maiato possuía seis estádios e todos os campos de futebol estavam dotados de relva sintética ou natural à exceção do campo de treinos de Pedrouços, do campo de futebol de Milheirós. A Câmara Municipal estava a lançar os concursos públicos para a concretização do relvado sintético do campo de treinos de Pedrouços, no campo de futebol de Milheirós, no campo de treinos do Estádio Municipal Prof. Vieira de Carvalho (substituir o sintético por um novo) e também a substituição no Estádio Municipal do Castelo da Maia da relva natural por sintética. Em alguns dos casos citados, também os balneários iriam ser alvo de obras como era o caso no campo de treinos do Pedrouços, sendo já do conhecimento da direção do clube; quanto à questão da Senhora Deputada Ana Maria Fernandes Leite sobre a dívida de nove milhões de euros, o que a Câmara estava neste momento a desenvolver conjuntamente com a Tecmaia, era a aquisição de dois lotes (I e IV) do Parque, transformando a dívida existente à banca numa compra por parte da Câmara Municipal destes dois lotes para depois a Tecmaia poder solver, por essa via, a dívida existente. O processo aquisitivo estava no Tribunal de Contas para análise e respetivo viso. Se porventura não for

visada, terá que ser encontrado um plano B, que poderá passar pela alienação de lotes a terceiros interessados ou à banca, que já se mostrou receptiva. Finalizou, afirmando que gostaria que a Senhora Deputada tivesse falado dos benefícios, do lado risonho da consolidação e da potencial estabilidade económica financeira que a Câmara Municipal exibia, quer em termos de pagamento a vinte e oito dias por média quer no ritmo de desaceleração de decréscimo acentuado em termos de dívida.

3.4. Regulamento do Programa Municipal de Emergência Social:

---- Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores:

Pedro Miguel Neves Ferreira leu o documento identificado com o número 18.

Susana Filipa Coelho Rafael leu o documento identificado com o número 19.

---- Posta à votação a proposta de “Regulamento do Programa Municipal de Emergência Social”, foi a mesma aprovada por unanimidade.

3.5. Alteração da Postura de Trânsito – Rua Grão de Vasco e envolventes na freguesia da Cidade da Maia:

---- Posta à votação a proposta de “**Alteração da Postura de Trânsito – Rua Grão de Vasco e envolventes na freguesia da Cidade da Maia**”, foi a mesma aprovada por unanimidade.

3.6. Reversão a favor do município da Maia do terreno sito no Gaveto da Avenida Dr. José Vieira de Carvalho com a Rua Dr. Farinhote, no Lugar do Padrão, freguesia de Moreira, doado pela escritura pública n.º 88/97 à Santa Casa da Misericórdia da Maia e destinado à construção de uma unidade hospitalar – celebração de escritura pública de distrete de doação:

---- Inscreveu-se e usou da palavra o Senhor Deputado **Silvestre Santos Gomes Pereira** afirmando que quando os terrenos foram doados ou cedidos para o efeito, colocaram algumas reticências, sabendo qual o grupo que estava na retaguarda, que era o Grupo SLN e o BPN; infelizmente, tudo se confirmou tal como o Bloco de Esquerda tinha previsto em relação ao futuro deste projeto. Já que a Câmara Municipal estava a retomar os terrenos, gostaria de saber se o Senhor Vice-Presidente tinha alguma informação qual o fim a dar aos terrenos em causa.

O Senhor Vice-Presidente, Eng.º António Domingos da Silva Tiago, em resposta ao solicitado informou que a Câmara Municipal não tinha a ver com o Grupo, salientando que pelo Bloco de



Esquerda nunca foi apresentada nenhuma outra alternativa e que todas as sugestões seriam bem acolhidas pela Câmara Municipal. Para finalizar, informou que a Câmara Municipal tinha uma proposta da Universidade do Porto mas não poderia adiantar muito mais.

----Posta à votação a proposta de “Reversão a favor do município da Maia do terreno sito no Gaveto da Avenida Dr. José Vieira de Carvalho com a Rua Dr. Farinhote, no Lugar do Padrão, freguesia de Moreira, doado pela escritura pública n.º 88/97 à Santa Casa da Misericórdia da Maia e destinado à construção de uma unidade hospitalar – celebração de escritura pública de distrete de doação”, foi a mesma aprovada por unanimidade.

3.7. Declaração do Interesse Público da operação urbanística de edificação de um Centro de Formação Empresarial e de Conferência, na Quinta dos Cónegos, na freguesia da Cidade da Maia:

---- Posta à votação a proposta de “Declaração do Interesse Público da operação urbanística de edificação de um Centro de Formação Empresarial e de Conferência, na Quinta dos Cónegos, na freguesia da Cidade da Maia”, foi a mesma aprovada por maioria com vinte e sete (27) votos a favor da Coligação “Sempre pela Maia” e Independentes por Vila Nova da Telha, dois (2) votos contra do Bloco de Esquerda e catorze (14) abstenções do Partido Socialista, da Coligação Democrática Unitária e do Partido dos Animais e da Natureza.

António Ferreira Neto Taveira pediu a palavra para fazer a declaração de voto: “Não põem em causa o interesse público desta iniciativa e desta medida aqui agora aprovada mas consideram que tmuitas dúvidas sobre o seu enquadramento legal e da sua fundamentação. Não tivemos tempo para aprofundar, não tivemos tempo para abordar e analisar com profundidade e uma proposta como esta. Não pomos em causa a iniciativa que a Câmara tomou, hesitámos muito entre a abstenção e o voto contra, mas por considerarmos que é uma matéria que no plano jurídico implicava alguma análise da nossa parte, não tivemos outra solução senão votar contra”.

3.8. Atribuição de um subsídio, no valor de 43 644,44 Euros, a liquidar sessenta (60) dias após a aprovação da presente proposta, à Junta de Freguesia do Castelo da Maia, tendo em vista o

apoio à realização de obras de conservação nos edifícios das ex-Sedes de Juntas de Freguesia de Gondim e Barca:

---- Inscreveu-se e usou da palavra o Senhor Deputado **Silvestre Santos Gomes Pereira** para afirmar que, embora estando de acordo com esta proposta de atribuição de subsídio para a realização de obras nos citados edifícios, questionava o futuro deles, porque embora tenha sido feita uma reforma administrativa, reduzindo o número de freguesias de forma substancial com o voto contra do Bloco de Esquerda e que em termos de poupança não parecia ter ocorrido nenhuma e como os serviços continuam a ser feitos nos mesmos edifícios, mesmos nas agregadas, na opinião do Bloco de Esquerda de pouco serviu a reforma administrativa. Gostaria de saber ainda, em termos de futuro, se vão manter em todos os edifícios as mesmas valências.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luciano da Silva Gomes, salientou que era um problema e da responsabilidade de cada freguesia, não podendo a Assembleia Municipal interferir neste assunto.

---- Posta à votação a proposta de “**Atribuição de um subsídio, no valor de 43 644,44 Euros, a liquidar sessenta (60) dias após a aprovação da presente proposta, à Junta de Freguesia do Castelo da Maia, tendo em vista o apoio à realização de obras de conservação nos edifícios das ex-Sedes de Juntas de Freguesia de Gondim e Barca**”, foi a mesma aprovada unanimidade.

3.10. “Prestação de serviço de auditoria financeira para os anos de 2014, 2015 e 2016” – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia:

---- Posta à votação a proposta de ““**Prestação de serviço de auditoria financeira para os anos de 2014, 2015 e 2016**” – **Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia**”, foi a mesma aprovada por maioria com vinte e três (23) votos a favor da Coligação “Sempre pela Maia”, CDU, BE, PAN e Independentes por Vila Nova da Telha e dez (10) votos contra do PS.

3.10. Relatórios e Contas 2013 – Fundos Especiais de Investimento:

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

---- Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida e aprovada, por unanimidade, a ata em minuta, para efeitos imediatos das deliberações tomadas, tendo sido dado à Mesa o inerente voto para a sua

elaboração definitiva. -----

----- E sendo vinte e três horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e cinco de junho do corrente ano, foi dada por encerrada a reunião, de que, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos Membros da Mesa: Presidente da Assembleia Municipal, Luciano da Silva Gomes, pela 1.^a Secretária, Emilia de Fátima Moreira dos Santos e pela 2.^a Secretária Márcia Isabel Duarte Passos Resende. -----

O Presidente: Luciano da Silva Gomes

A 1.^a Secretária: Emilia Santos

A 2.^a Secretária: Márcia Passos

Sandra Martins

De: hélder ribeiro [ribeirohelder@sapo.pt]
Enviado: quinta-feira, 12 de Junho de 2014 14:44
Para: assembleia@cm-maia.pt
Assunto: Pedido Suspensão Mandato
Anexos: Pedido de Suspensão de Mandato HR PAN 2014.06.12.pdf

Importância: Alta

Exmo. Senhor
Mui Digno Presidente da Assembleia Municipal da Maia
Senhor Luciano da Silva Gomes

Para os devidos efeitos, envio em anexo pedido de suspensão de mandato cujo original farei chegar a V.^a Excia pelas vias normais.

Sem outro assunto de momento, aproveito para apresentar a V.^a Excia os meus melhores cumprimentos.
Hélder Ribeiro

Assembleia Municipal da
Maia
Entrada nº 57
Em 13/06/14



Exm.^º Senhor

Mui Digno Presidente da Assembleia Municipal da Maia
Senhor Luciano da Silva Gomes

Assunto: Pedido de Suspensão de Mandato, Hélder da Costa Pereira Ribeiro – PAN

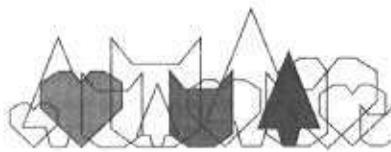
Hélder da Costa Pereira Ribeiro, Deputado eleito pelo Partido Pelos Animais e Pela Natureza – PAN, Mandato 2013/2017, vem muito respeitosamente junto de V.^a Excia, pela presente, apresentar pedido de suspensão do mandato desde hoje e por um período previsível de 90 dias, ao abrigo da alínea c), do art. 10º, do Regimento da Assembleia Municipal da Maia.

Sem outro assunto de momento, aproveita o ensejo para endereçar a V.^a Excia, às Digníssimas Senhoras Secretárias da Mesa e a toda a Assembleia Municipal votos de bom trabalho e os melhores cumprimentos.

Maia e Paços do Concelho, 12 de junho de 2014



(Hélder da Costa Pereira Ribeiro)



ESTAMOS A CONSTRUIR UM NOVO MUNDO

Sandra Martins

De: Hélder Oliveira [helquintas@hotmail.com]
 Enviado: quinta-feira, 12 de Junho de 2014 18:18
 Para: Assembleia Municipal da Maia
 Assunto: RE: 3.ª Sessão Ordinária (Pedido de substituição)

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Maia,



Devido ao facto de estar ausente da Maia, no dia 25 de junho de 2014, por motivos profissionais, venho, por este meio, solicitar a minha substituição, nos termos regimentais, na 3.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal da Maia.

Agradecendo, desde já, a melhor atenção de V. Exa., bem como o deferimento da solicitação feita, aproveito o ensejo para apresentar os meus melhores cumprimentos e protestos da minha mais elevada consideração.

Hélder Tiago Ferreira Quintas de Oliveira

From: assembleia@cm-maia.pt

CC: adao.fernando.bastos@gmail.com; sampaioac@gmail.com; anamariafleite@gmail.com; antonio.oliveira.silva@gmail.com; anetotaveira@gmail.com; amstteixeira@gmail.com; baltazarferreira@gmail.com; candido.graca@netcabo.pt; cmpa.pt@gmail.com; carlosavieira@iol.pt; ccastro.arq@gmail.com; emilia.santos@psd.parlamento.pt; fatima.garcia.advgd@sapo.pt; helquintas@hotmail.com; ribeirohelder@sapo.pt; jvstorres@gmail.com; joaquimfaraujo@gmail.com; azevedo2@gmail.com; joaquim.farinhabastos@gmail.com; jorge.georgis@gmail.com; 1955sarmento@gmail.com; andrade.ferreira.59@gmail.com; jmas.jmas@hotmail.com; lucianogomesfolgosa@gmail.com; luiscandidodesousa@sapo.pt; manuel.oliveira.eu@gmail.com; mcmcarralho@sapo.pt; gerencia@agraclub.com.pt; advmarciapassos@gmail.com; malexandratorres11542p@gmail.com; madalenanogsantos@gmail.com; marisatribeiro@hotmail.com; olga_vfreire@hotmail.com; psfr310@gmail.com; p3ms@net.sapo.pt; pedromarques-8492p@adv.oa.pt; pedroferreira21@gmail.com; rfaoliv@hotmail.com; silvestrepereira1@hotmail.com; profe.susanapinheiro@gmail.com; filiipa.c.rafael@gmail.com; vitorlealves@gmail.com; vitorfontes.psd@gmail.com

Subject: 3.ª Sessão Ordinária

Date: Wed, 11 Jun 2014 19:16:40 +0100

Exmos(as) Senhores(as) Deputados(as) Municipais,

Serve o presente para convocar V. Exas para a **3.ª Sessão Ordinária** a realizar no próximo dia **25 de junho**, pelas 21h30, no Salão Nobre no Edifício dos Paços do Concelho.

Oportunamente serão enviadas as convocatórias via correio.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Assembleia Municipal

Luciano da Silva Gomes

Assembleia Municipal da
Maia

Entrada nº 56
Em 13/06/14

Sandra Martins

De: Adão Bastos [adao.fernando.bastos@gmail.com]
Enviado: sexta-feira, 20 de Junho de 2014 10:37
Para: 'Assembleia Municipal da Maia'
Cc: 'João Torres'; jvstorres@clix.pt
Assunto: RE: 3.^a Sessão Ordinária

Assembleia Municipal da
Maia

Entrada nº 68

Em 20/06/14

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Maia

Na sequência da convocatória para a 3.^a Sessão Ordinária a realizar no próximo dia 25 de Junho, informo que por motivos particulares/familiares não poderei estar presente.

Desta ausência estou a dar conhecimento ao líder da bancada parlamentar do Partido Socialista, deputado João Vieira Torres.

Solicito a minha substituição nos termos e de acordo com o Regimento em vigor.

Subscrevo-me com os meus respeitosos cumprimentos,

Muito Atentamente

Adão Fernando Batista Bastos
BI/CC 01742468

*Convite à
reunião de
ordem do
dia*
23/06/14

De: Assembleia Municipal da Maia [mailto:assembleia@cm-maia.pt]
Enviada: quarta-feira, 11 de Junho de 2014 19:17

Assunto: 3.^a Sessão Ordinária

Exmos(as) Senhores(as) Deputados(as) Municipais,

Serve o presente para convocar V. Exas para a 3.^a Sessão Ordinária a realizar no próximo dia **25 de junho**, pelas 21h30, no Salão Nobre no Edifício dos Paços do Concelho.

Oportunamente serão enviadas as convocatórias via correio.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Assembleia Municipal

Luciano da Silva Gomes

Sandra Martins

De: Pedro Ferreira [pedroferreira21@gmail.com]
Enviado: sexta-feira, 20 de Junho de 2014 12:31
Para: Assembleia Municipal da Maia
Assunto: Pedido de Substituição

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Maia

Venho por este meio solicitar-lhe a substituição da Sra. Deputada Marisa do Rosário Talhas Macedo Ribeiro, nascida em 24/12/1972 e portadora do cartão de cidadão n.º 9896078, para a 3.ª Sessão Ordinária a realizar no próximo dia 25 de Junho do corrente ano.

Assim, não levantando V. Exa. qualquer objecção, de acordo com os termos da lei, será substituída pelo elemento seguinte na lista à Assembleia Municipal da Maia da CDU, o Sr. Alberto Luís Ferreira Neto, nascido em 22/09/1965 e portador do cartão e cidadão n.º 7423142.

Com os melhores cumprimentos,

Pedro Ferreira
CDU

Assembleia Municipal da
Maia
Entrada nº 69
Em 20/06/14

*Consoante m.ite
o respetivo
veredito
23/6/14*

Sandra Martins

De: p3ms@net.sapo.pt
Enviado: domingo, 22 de Junho de 2014 22:11
Para: Assembleia Municipal da Maia
Assunto: Re: 3.ª Sessão Ordinária

Boa noite,

Informo que, por motivos pessoais, não poderei estar presente na 3.ª Sessão Ordinária a realizar no próximo dia 25 de junho, pelo que peço a minha substituição.
Agradecia a confirmação da receção deste e-mail e, caso seja necessária mais alguma coisa, me informem.

Muito obrigado.

Cumprimentos,

Pedro Miguel Monteiro Martins
(Grupo Parlamentar do Partido Socialista)

Assembleia Municipal da
Maia

Entrada nº 73
Em 23/6/14

*Parvo que é
o refente.*
23/6/14

Assembleia Municipal - 25/Junho



Exmo. Snr. Presidente da Ass.,secretarias, Pres, Câmara, deputados, vereadores, Digníssimo publico

Em Julho de 2013 foi constituída regis-cooperativa, a Cooperzoo, para autonomizar a gestão do Parque Zoológico da Maia. Houve um grande consenso nessa iniciativa, cabendo à então Junta de Freguesia da Maia e à Câmara Municipal da Maia a representação da parte pública, com maioria significativa no Capital Social, **cabendo 51% à Junta e de 10% à Câmara da Maia.** A **Assembleia Municipal ratificou a participação da Câmara na Cooperzoo**. Esta decisão por **unanimidade** da Câmara da Maia em participar na Cooperzoo foi antecedida de parecer prévio do Gabinete Jurídico da Câmara Municipal que então o analisou os Estatutos da Cooperzoo.

Como é de conhecimento publico a Cooperzoo iniciou a gestão do parque Zoológico em Outubro de 2013 e uma série de ocorrências, entre as quais o retorno da gestão do Parque Zoológico `a Junta de Freguesia da Cidade da Maia. Estes fatos, levaram a que a Assembleia de Freguesia da Cidade da Maia constituísse Comissão para sua apreciação e análise. O Relatório final desta Comissão foi discutido na última Assembleia de Freguesia da Cidade da Maia, em 16 de Junho,e este orgão que deliberou, por **unanimidade** e em face de, cito, **"suspeitas de ilegalidades e/ou nulidades que possam ter existido e que existam"** enviar o Relatório e todos os seus Anexos para entidades competentes cuja enumeração caberá à Mesa da Assembleia de Freguesia em conjunto com todas as forças nela representada.

Pelo que antecede e no pressuposto que o referido Relatório e conclusões sejam do conhecimento da Câmara Municipal e em nome do Partido Socialista gostaria de questionar o Senhor Presidente da Câmara :

- 1- **Se a Câmara tem sido consultada, conhece e tem posição sobre o que se tem passado com a Cooperzoo e tem já alguma posição sobre o referido Relatório;**
- 2- **Qual a posição da Câmara quanto ao desenvolvimento futuro do Zoo da Maia e sua sustentabilidade ambiental e económico-financeira.**

Tenho dito





Assembleia Municipal da Maia

✓ 2

Moção

Por finanças municipais que sirvam as populações Pela autonomia e responsabilidade do poder local

As autarquias locais, pela proximidade no terreno e pelos importantes serviços prestados às populações, deviam ter as suas competências alargadas e passar a ter mais recursos financeiros. As cidadãs e os cidadãos deviam ver melhoradas as possibilidades de participação nos órgãos autárquicos, a democracia local devia ser reforçada, a instituição das Regiões Administrativas devia ser entendida como um instrumento decisivo na coesão do território nacional e no combate ao desperdício de recursos públicos. Mas como é sabido, a legislação ultimamente produzida não vai nestas direções, antes acentua o centralismo e o desrespeito pela autonomia do poder local.

A nova lei das finanças locais (Lei nº 52/2013, de 3 de Setembro) previu a criação dum Fundo de Apoio Municipal (FAM) visando a recuperação dos municípios que se encontram em rutura financeira. Assim foi elaborada pelo governo a Proposta de Lei 232/XII - regime jurídico da recuperação financeira municipal e regulamentação do FAM.

A proposta de regulamentação deste FAM está a gerar controvérsia. Vários municípios e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) têm, justamente, chamado a atenção para a inaceitável ideia da participação do Estado ser de apenas 30% na realização do capital social de 650 milhões € do novo fundo. Também a prevista subtração a todos os municípios, independentemente da sua gestão financeira ter sido cuidadosa ou não, duma participação coativa para o FAM, não se afigura nem solidária nem justa.

Estando a referida proposta de lei nº 232/XII a ser apreciada pelo parlamento, a Assembleia Municipal da Maia, reunida em 25 de Junho de 2014, delibera:

- a) Insistir no reforço das competências dos municípios com a consequente melhoria dos recursos das autarquias locais;
- b) Exprimir o seu desacordo com a imposição aos municípios, prevista na Proposta de Lei nº 232/XII, de assumirem 70% da realização do capital social do FAM;
- c) Manifestar a sua discordância pelo previsto subtração, até 1,8% e durante 5 anos, da receita anual de todos os municípios na sua participação no FEF, no IUC e IMI

Os deputados Municipais do BE

Silvestre Pereira

António Neto



Assembleia Municipal da Maia

Moção

DS A
 ✓ Repetição
 h maioria
 com 26 votos
 16 a favor 10
 contra 1
 25/06/14

Cortar na educação é afundar o país e comprometer o futuro

O recente anúncio pelo governo do encerramento de mais de 300 escolas do 1º ciclo está a suscitar protestos de pais, populações e de muitos autarcas, e com inteira razão. O chamado “reordenamento da rede escolar” afeta principalmente o interior do país e vai contribuir para uma cada vez mais grave desertificação do interior.

Em Viseu serão 57 as escolas que o ministério da Educação quer fechar. Vila Real, Bragança, Guarda, Castelo Branco, Portalegre são outros distritos com encerramentos previstos, também o distrito do Porto serão afetados com a proposta de encerramento de mais de 40 escolas.

Em grande parte destes concelhos do interior do país as consequências sociais são cada vez mais dramáticas, já que o anunciado fecho das escolas vem a seguir ao desmantelamento doutros serviços públicos essenciais: centros de saúde, repartições de finanças ou tribunais. E muitos dos municípios souberam das escolas a encerrar apenas pela imprensa, o que é inaceitável numa democracia.

A Assembleia Municipal da Maia, reunida em 25 de Junho de 2014, tendo em conta que a coesão territorial é um elemento indispensável ao progresso económico e social, DELIBERA:

- Manifestar solidariedade às populações e municípios afetados com os anunciados encerramentos de escolas
- Declarar a importância decisiva da escola inclusiva para a superação da atual crise e para a construção dum país com futuro.

Os deputados Municipais do BE

Silvestre Pereira

António Neto

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

Período de Antes da Ordem do dia

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Demais membros da mesa,

Caríssimos Srs. Deputados e

Estimados membros do público:

Neste período de antes da ordem do dia, trazemos a esta Assembleia uma matéria que tem merecido a nossa atenção nos últimos tempos. Falamos dos serviços de transportes públicos que servem o município, hoje particularmente dos autocarros da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto.

Começamos por dar conta de uma consequência nefasta para utentes do Concelho, do sistema de tarifário Andante.

A linha 603 da STCP, que liga a Praça do Marquês, no Porto, ao Jardim Zoológico da Maia, serve ao longo do seu percurso as populações maiatas de Pedrouços, Águas Santas, Milheirós, Gueifães, Vermoim e Maia. Ora, ao longo do percurso deste autocarro verificam-se alguns entrecruzamentos de zonas que oneram especialmente os seus utentes, tornando viagens relativamente curtas muito dispendiosas, sobretudo se compararmos com outras de idêntica distância em diferentes locais onde a STCP presta os seus serviços, nomeadamente outros municípios da Área Metropolitana do Porto. Por exemplo, quem utilizar regularmente o autocarro 603 para se deslocar entre o

Instituto Português de Oncologia e a Junta de Freguesia de Pedrouços, um percurso de aproximadamente 3 quilómetros, deverá pagar uma assinatura mensal no valor de 36€, equivalente a três zonas Andante. Esta situação acontece porque a Rua da Arroteia, que o autocarro percorre desde a Estrada da Circunvalação até à Rua Gonçalo Mendes da Maia, integra a zona C5, diferente da zona C6 que incorpora a Asperela e boa parte da freguesia de Paranhos e a zona C9, onde está a Rua Gonçalo Mendes da Maia e o restante da freguesia de Pedrouços, assim como Águas Santas e Milheirós. Esta pequena *nuance* fronteiriça custa cerca de 6€ mais aos utentes, sempre que carregam os seus passes.



Mais adiante no percurso do autocarro verifica-se situação idêntica. Em Vermoim, entre o Largo do Outeiro e a Rua António Marques nos Altos, ambos situados na zona C5, está um pequeno enclave considerado zona N11. Estas questões fronteiriças, à primeira vista pouco significantes, custam dinheiro aos utentes dos transportes públicos e deveriam merecer o cuidado do poder municipal. Vários municíipes, utentes da STCP, vieram ter connosco com o propósito de verem este assunto tratado.

Pedimos-lhe, senhor presidente da Câmara, que na qualidade de presidente do município e de membro do Conselho Metropolitano, tome providências no sentido de corrigir estes erros.

Senhoras e senhores deputados, senhores presidentes, as dificuldades dos utentes da STCP extravazam em larga medida os custos acrescidos pelos afloramentos fronteiriços da linha 603.

A evolução dos transportes colectivos nos últimos anos tem seguido o caminho do seu empobrecimento, que inevitavelmente se traduz na diminuição da qualidade do serviço prestado. É uma

receita antiga, invariavelmente seguida sempre que o poder político, quando lacaio dos grandes interesses económicos privados, se dispõe a entregar nas mãos destes aquilo que é propriedade pública.



O processo de privatização da STCP já começou há muito tempo. Muito antes da administração da empresa ter tornado público o seu desejo de privatizar mais de um terço das linhas actualmente existentes; antes mesmo de ter eliminado linhas, diminuído frequências e emagrecido os quadros de trabalhadores; antes até da adopção do sistema Andante e o inusitado aumento de preços que o mesmo implicou.

A CDU alerta para este facto há muito tempo: para as consequências nefastas que o processo de privatização acarretará aos utentes e para a inevitável deterioração da oferta de transportes públicos em todo o distrito. Procuramos intervir com dados concretos, com exemplos objectivos, para não cairmos em generalizações estéreis ou redundâncias. Não obstante, as reacções são sempre as mesmas: primeiro dizem-nos que não é nada assim, que somos arautos da desgraça, que o motivo da nossa intervenção, seja ele qual for, está bem e recomenda-se; mais tarde dizem-nos que, não obstante um fundo de verdade, não é bem como nós dizemos, que se reforma para melhorar, que é em nome dos utentes e do interesse público; por fim respondem-nos com silêncio ou com resignação, que assim é pois de outro modo não seria. Reparem os senhores deputados, os ilustres membros da mesa e o público aqui presente, que neste mesmo local, nesta Assembleia Municipal, já ouvimos este discurso quando trouxemos assuntos tão diversos como as portagens nas antigas SCUT, o encerramento de Centros de Saúde, o encerramento de estações


dos Correios ou a extinção de freguesias. A conversa foi sempre a mesma, a CDU – magro consolo – esteve do lado da razão e a população acabou sempre lesada. Sempre.

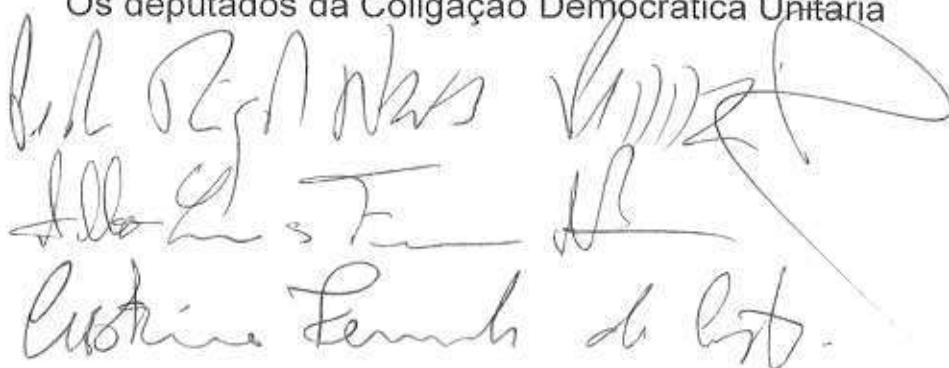
Feito este intróito, importa recordar que há cerca de 3 anos trouxemos aqui as nossas preocupações sobre a diminuição de linhas da STCP e a redução da frequência dos autocarros, precisamente quando a empresa promoveu grandes cortes, que ao tempo mereceram a reprovação das mais variadas associações de utentes e dos trabalhadores da empresa. Recordo bem como nos responderam, que a redução das linhas não afectava directamente a Maia pelo que não havia motivo para nos preocuparmos – como se a Maia pudesse passar incólume a um autêntico processo de sabotagem da STCP. Actualmente, fruto das mudanças operadas, é comum verificar nas horas de ponta os autocarros 701, 702 ou 703 passarem sem parar nas paragens da Rua D. Afonso Henriques, em direcção ao centro do Porto, de manhã, ou na direcção oposta ao final do dia, pois circulam completamente cheios, fruto da diminuição da frequência de autocarros. Afinal, minhas senhoras e meus senhores, havia mesmo motivos para estarmos preocupados.

Senhor presidente da Câmara da Maia: a privatização da STCP servirá para agravar a cada vez mais minguada oferta de transporte e alimentar a voragem dos grandes interesses económicos que vivem à custa do desmantelamento do Estado Social, isto é, à custa de direitos sonegados aos portugueses e da sua qualidade de vida. É assim com a saúde, é assim com o trabalho, é assim com a educação, é assim também com a mobilidade, como é patente no caso que aqui trazemos. Não há em Portugal um exemplo, um único exemplo de uma privatização de transportes públicos que tenha acarretado qualquer benefício

positivo para os utentes ou, em última análise, para o país. Ou seja: não houve melhoria dos serviços prestados – bem pelo contrário! –, nem houve benefícios económicos estruturais, pois o Estado passa a pagar principescamente a empresas de transporte privadas pelos serviços que cessa de prestar. Para os utentes ficam piores serviços, para os trabalhadores sobram salários diminuidos – e o Estado paga tudo isto. Quem beneficia estes processos? Quem sai invariavelmente sempre a ganhar? Deixo-lhe uma pista à laia de certeza: não são os utentes, não são os maiatos, não são os trabalhadores, não é a Maia nem o distrito do Porto. Não é Portugal.

Exige-se à Câmara da Maia e à maioria que a sustenta, em nome do interesse público, em nome da verdade, da experiência e do bom senso, que se oponha liminarmente ao processo de privatização da STCP. Qualquer outra atitude ficará para memória futura como vil cedência ao poder económico e a interesses divergentes e antagónicos aos interesses da Maia e dos maiatos.

Os deputados da Coligação Democrática Unitária



Maia, 25 de Junho de 2014



PARTIDO SOCIALISTA

Grupo Assembleia Municipal

3º

"Voto de Louvor"

Voto de Louvor ao Grupo de Boccia da Escola secundária de Águas Santas

O Boccia é uma modalidade Paralímpica desde 1984. Esta modalidade é praticada por atletas portadores de paralisia cerebral.

O grupo é constituído por jovens que frequentam o ensino secundário, na modalidade de desporto adaptado, residentes nesta freguesia do nosso Concelho.

Dadas as características destes alunos e as especificidades da modalidade, cada um destes alunos compete em cadeira de rodas.

Considerando:

1-- A conquista do primeiro lugar em Guimarães nas Finais do Campeonato Regional de Desporto Escolar, que levou a dupla **Tiago Tavares e Rui Pedro Ribeiro** aos Campeonatos Nacionais;

2 - A medalha de 3º lugar alcançada na competição individual - divisão II pelo estudante / atleta **Nuno Silva**;

3 - As medalhas de 3º lugar em divisão I, competindo individualmente e de 1º lugar competindo a pares pelo estudante / atleta **Tiago Tavares**;

4 - A medalha de 1º lugar alcançada na competição a pares com o colega e capitão de equipa Tiago Tavares pelo estudante **Rui Ribeiro**;

5 - O Título de Campeões no Campeonato Nacional de Desporto Escolar que se realizou em Lisboa entre os dias 16 e 18 de Maio pelos atletas / estudantes **Tiago Tavares e Rui Ribeiro**.

6 - Que os feitos alcançados reforçam o respeito e a admiração por parte dos Maiatos e, em particular, dos Aquissantenses por estes e outros atletas que treinam e estudam na Escola Secundária de Águas Santas.

7 - O contributo destes alunos na sensibilização da comunidade escolar para a abordagem e inclusão das populações especiais, transmitindo a mensagem de que as pessoas portadoras de deficiência não são nem mais nem menos que as demais, são diferentes.

Propomos que:

1 - A Assembleia Municipal da Maia na sua 3^a Sessão Ordinária de 25 de Junho de 2014 aprove um **Voto de Louvor** aos atletas de Boccia referenciados, que participaram no desporto escolar, fazendo votos de mais e maiores êxitos, que para todos nós são motivo de orgulho.

2 – Que do mesmo seja dado conhecimento ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, ao Senhores Vereadores dos Pelouros da Cultura e desporto, à Direção do Agrupamento de Escolas de Águas Santas, à Associação de Pais e encarregados de Educação e ao coordenador do projeto do desporto escolar.

Maia, 25 de Junho de 2014

○ Grupo do Partido Socialista

A handwritten signature in black ink, appearing to read "António Costa".



Concelhia da
Maia

PARTIDO SOCIALISTA

Grupo Assembleia Municipal

[Assinatura]

“ Voto de Louvor”

Voto de Louvor ao Grupo de Dança do Desporto Escolar GDDE de Águas Santas, também designado por:

“ ALMA MATER ARTIS ”

O grupo teve a sua origem na Escola Secundária de Águas Santas, no ano letivo de 2007/2008, no âmbito do Desporto Escolar, na modalidade de Atividades Rítmicas Expressivas.

Constituído por crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 e 19 anos, residentes nesta freguesia do nosso Concelho, participaram já em inúmeros eventos e várias cerimónias protocolares, nomeadamente a convite do Ministério da Educação.

No ano letivo 2012/2013 foram Vice-campeões Nacionais, todavia, por paradoxal que pareça, no inicio deste ano escolar, alguns “Iluminados”, tentaram acabar com este projeto. Os obstáculos que colocaram ao grupo foram muitos, como exemplo o professor só foi reconduzido na escola passados 3 meses do Ano letivo 2013/2014 ter início, mais precisamente em meados de Dezembro.

Porém, apesar dos vários contratemplos, que só serviram para dar mais força e coesão ao grupo, os resultados de participação foram excelentes, traduzidos nos títulos de Campeões do Distrito do Porto, Campeões Regionais e Campeões Nacionais.

Considerando:

1 - A forma determinada, corajosa e competente como professor e alunos souberam dar a volta às dificuldades;

2 – O papel social desenvolvido pelo grupo de Dança, nomeadamente com a organização e desenvolvimento de espetáculos para promoção do “Banco de Leite para S. Tomé e Príncipe”.

3 – A participação em diversos espetáculos de Solidariedade.

4- Os resultados desportivos conseguidos, nomeadamente o de Campeões Nacionais.

Propomos que:

1 - A Assembleia Municipal da Maia na sua 3 ª Sessão Ordinária de 25 de Junho de 2014 aprove um **Voto de Louvor** ao Grupo de Dança do Desporto Escolar de Águas Santas, pelo seu contributo cultural, social mas, também pelo brilhantismo com que tem elevado o nome deste concelho e em particular da freguesia de Águas Santas, não esquecendo o contributo fundamental que tem dado no crescimento e desenvolvimento das quase duas centenas de crianças envolvidas.

2 – Que do mesmo seja dado conhecimento ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, ao Senhores Vereadores dos Pelouros da Cultura e desporto, à Direção do Agrupamento de Escolas de Águas Santas, à Associação de Pais e Encarregados de Educação, ao coordenador do projeto do desporto escolar e ao Professor Alexandre Teixeira.

Maia, 25 de Junho de 2014

 Grupo da Assembleia Municipal

António Teixeira



a
i

AP

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,
Exmas. Senhoras Secretárias da Mesa,
Exmo. Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal
Exmos. Senhores Vereadores
Exmos. Senhores Deputados
Minhas Senhoras e meus Senhores,

O ano de 2014, ficará, de alguma forma, marcado na história do Concelho da Maia, por ter sido escolhida como Cidade Europeia do Desporto.

Esta escolha foi como que um prémio pelo que a Maia tem feito em prol do desporto.

E este fazer não se resumiu á realização de provas e outros eventos desportivos no Concelho da Maia.

Fazer o que a Maia fez pelo desporto significa ter criado condições para a prática desportiva nas mais diversas modalidades, ajudando as associações desportivas para que possam ter atletas a praticar desporto nas diversas valências.

Isto só foi possível com investimento, e os resultados de todo esse investimento feito pela C M Maia foi recompensado com a escolha da Maia como Cidade Europeia do Desporto.

Os resultados desportivos na época 2013/2014, para mim e de certeza para muitos Maiatos, foram surpreendentes, ou seja, deram-nos a conhecer um número impressionante de atletas que ganharam títulos e prémios ao mais alto nível no desporto quer nacional, quer internacional, onde relevamos os títulos de Campeões Nacionais, Campeões Europeus e um Campeão Mundial.

Mas os êxitos não se ficaram pelo desporto Federado, também no desporto escolar a Maia tem Campeões onde destacaremos as Escolas Secundárias de Aguas Santas, Maia e Levante, que conquistaram em diversas modalidades os títulos


de Campeões Nacionais, Campeões Regionais, Campeões Distritais e outros Prémios.

É por tudo o que acabo de referir, que os deputados da coligação Sempre pela Maia, propõem que a Assembleia Municipal da Maia reunida na 3^a Sessão Ordinária de 25.JUN.2014, delibere:

- a) Aprovar um Louvor a todos os Atletas que alcançaram Lugares de Pódio na época desportiva de 2013/2014, nas diversas modalidades desportivas em que competiram individual ou colectivamente, bem como às Associações a que se encontram associados, pelo acompanhamento que proporcionaram aos seus Atletas;
- b) Aprovar um Louvor a todos os Alunos que alcançaram Lugares de Pódio no ano escolar de 2013/2014, nas diversas modalidades desportivas em que competiram individual ou colectivamente, bem como às escolas dos Alunos envolvidos, pelo excelente trabalho que fizeram na área do desporto escolar e pelo acompanhamento que proporcionaram aos seus Alunos;
- c) Que desta deliberação, dê conhecimento a todos os visados.

Maia, 25.JUN.2014

Pela coligação Sempre pela Maia



(Cândido Graça)

VOTO DE LOUVOR



Ao subir de divisão, para o Campeonato Nacional de Futebol Sénior, na época desportiva 2013/2014, os seniores do Futebol Clube Pedras Rubras, conseguiram desta forma, um enorme feito no panorama desportivo Maiato e Nacional.

Com este resultado, o clube, ajudou a projetar, ainda mais, o nome da Maia a nível nacional, justificando, por isso, o nome de "Maia – Capital do Desporto 2014", com o respeito e admiração de todos os Portugueses em geral e dos Maiatos em particular.

A Assembleia Municipal da Maia, reunida em Sessão Ordinária em 25 de Junho de 2014, propõe um VOTO DE LOUVOR, pelo mérito alcançado e apresenta os parabéns pelos êxitos obtidos, aos dirigentes, atletas, associados e a todos quantos contribuíram para este grande feito desportivo.

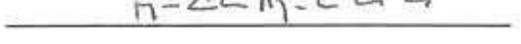
Que este voto de Louvor depois de aprovado, seja transmitido ao Futebol Clube de Pedras Rubras.

Maia, 25 de junho de 2014

O Lider dos IVNT

e

Presidente da Junta de Freguesia da Vila Nova da Telha



Joaquim da Silva Azevedo Sousa

(Joaquim da Silva Azevedo Sousa)

INSCRIÇÃO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Nome José Augusto Soares Machado

Morada A Central do Cavallhido, nº 1063

Freguesia Moreira

Código Postal 4470 - 584 Moreira

Contato telefónico 914302439

E-mail _____



Vem, muito respeitosamente, solicitar a V. Exa., atento ao disposto no n.º 3 do artigo 42.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, lhe seja concedido um período de tempo para pedir os seguintes esclarecimentos:

Descrição do assunto:

Resíduos Urbanos

Maia, 25/6/2014

(Assinatura) José Augusto Soares Machado

Obs.: A intervenção do público fica sujeita às regras estabelecidas nos artigos 42.º e 50.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia

Artigo 42.º	Artigo 50.º
<p>Período de intervenção do público</p> <ol style="list-style-type: none">No fim do período de antes da ordem do dia há um período para intervenção do público.O período de intervenção do público tem a duração máxima de trinta minutos.Os cidadãos interessados em intervir terão de fazer, antecipadamente, a sua inscrição, referindo o nome, a morada e o assunto que pretendem ver esclarecido.O período de intervenção do público, referido no nº 2 deste artigo, será distribuído pelas inscritas e não poderá exceder cinco minutos por cada cidadão.	<p>Regras do uso da palavra no período de intervenção do público</p> <ol style="list-style-type: none">A palavra é concedida ao público para intervir, nos termos do artigo 42.º, deste regimento.Durante o período de intervenção do público, qualquer cidadão pode solicitar os esclarecimentos que entender sobre assuntos relacionados com o Município, devendo, para o efeito, proceder à sua inscrição na Mesa, de acordo com o n.º 3 do citado artigo 42.º.Findo o período previsto no artigo 42.º deste Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal presta os esclarecimentos que entender convenientes quanto às questões diretamente relacionadas com a Assembleia Municipal, sem prejuízo de, posteriormente e sempre que considere necessário, enviar uma resposta por escrito devidamente fundamentada.

~~Intervenção do público é de direito de todos os cidadãos, para conviver, para conversar, para apresentar questões e questionar. 25/6/14~~

INSCRIÇÃO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Nome José Albercio da Silva Sereino

Morada Rua Ramalho P. Nogueira Azevedo N.º 187 B/C

Freguesia PEDROUÇOS

Código Postal 4425

Contato telefónico 968038804

E-mail _____

Vem, muito respeitosamente, solicitar a V. Exa., atento ao disposto no n.º 3 do artigo 42.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, lhe seja concedido um período de tempo para pedir os seguintes esclarecimentos:

Descrição do assunto:

Ambiente e Desenvolvimento

Maia, 25/6/2016

(Assinatura) [Assinatura]

Obs.: A intervenção do público fica sujeita às regras estabelecidas nos artigos 42.º e 50.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia

Artigo 42.º	Artigo 50.º
<p>Período de intervenção do público</p> <ol style="list-style-type: none">No fim do período de antes da ordem do dia há um período para intervenção do públicoO período de intervenção do público tem a duração máxima de trinta minutos.Os cidadãos interessados em intervir terão de fazer, antecipadamente, a sua inscrição, referindo o nome, a morada e o assunto que pretendem ver esclarecido.O período de intervenção do público, referido no n.º 2 deste artigo, será distribuído pelos inscritos e não poderá exceder cinco minutos por cada cidadão.	<p>Regras do uso da palavra no período de intervenção do público</p> <ol style="list-style-type: none">A palavra é concedida ao público para intervir, nos termos do artigo 42.º, deste regimento.Durante o período de intervenção do público, qualquer cidadão pode solicitar os esclarecimentos que entender sobre assuntos relacionados com o Município, devendo, para o efeito, proceder à sua inscrição na Mesa, de acordo com o n.º 3 do citado artigo 42.º.Findo o período previsto no artigo 42.º deste Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal presta os esclarecimentos que entender convenientes quanto às questões diretamente relacionadas com a Assembleia Municipal, sem prejuízo de, posteriormente e sempre que considere necessário, enviar uma resposta por escrito devidamente fundamentada.

Boa Noite



Sr. Presidente da Assembleia municipal, senhores membros da mesa senhores deputados da assembleia e a todos os demais presente.

Sou um cidadão residente na maia, mais propriamente em pedrouços, custa-me a crer que pedrouços, mesmo sendo uma freguesia que é banhada por outras três freguesias de outros três concelhos, e por tal ser utilizada por muitos portuense, por muitos matosinhenses e por muitos gondomarense, seja esquecida e por vezes até posta de parte, parecendo não ser terras maiatas.

Pelo que sei terras maiata eram todas as que eram desde o rio ave ate a cidade do porto, inclusive terras que agora fazem parte do porto e do conselho do porto.

No ano passado, mais precisamente no dia 26 de junho, nesta assembleia apresentei um dos problemas que alguns moradores e comerciante da travessa nova da giesta sentem com o pó provocado pelo campo de treinos do Pedrouços atlético clube.

Pois é verdade passado poucos dia recebi uma carta do sr presidente da assembleia municipal a dizer que o problema por mim apresentado foi enviado ao sr

presidente da camara municipal, só que ate a data não mais obtive resposta nem informação.



Visto que nada foi feito para minimizar nem melhorar a situação dos moradores e dos comerciante e alguns com problemas de saúde e que estão sujeitos ao pó provocado pelo campo de treinos do pedrouços, levou-me a mim e a mais alguns comerciante e moradores efetuar um abaixo assinado e de recolher-mos assinaturas pelos moradores, por pais de atletas e por associados do pedrouços, para aqui perante esta assembleia ser apresentado já um grande numero de assinaturas.

Se fosse só assim não parecia mal, pois passo assim a lembrar o que já é sabido por muita gente.

O Senhor Engenheiro Bragança Fernandes num jantar de natal realizado pelo pedrouços atlético clube, com a presença de cerca de 400 pessoas prometeu aos presentes que se o Pedrouços atlético clube subisse de divisão o sintético era uma realidade, claro que talvez se estivesse esquecido de dizer quando seria essa realidade, mas claro que para os presente se pensou que seria no inicio da época seguinte ou durante a época futebolística essa promessa foi efetuada em dezembro de 2008.

Claro é que já la vão alguns anos e quase todos os
anos se repete a promessa quer aos pedroucenses
quer aos pedroucistas e com mais relevância na
altura das campanhas eleitorais com a maior
aggravante que desta vez era realidade se maia fosse
capital europeia de desporto, só que esse ano já vai
a meio e o inicio das obras para melhorar a qualidade
de vida dos jovens atletas que se deslocam todos os
dias para o pedrouços e que são muitos e que
poderiam ser muitos mais, pois temos perdidos
muitos pela falta do sintético, pois eles fogem para
clubes que nas redondezas estão bem equipados
com campos sintéticos (Infesta, Ermesinde,
nogueirense, leça do balio, pedras rubras) e muitos
mais.

Para terminar e indo mais diretamente ao que aqui
me fez vir em representação de um elevado numero
de pedroucenses, de pedroucistas e de muitos pais e
de atletas do Pedrouços Atlético Clube apôs terminar
esta minha intervenção irei entregar a mesa se esta
o me permitir as folhas do abaixo assinado que
foram recolhidas durante 15 dias e que ira continuar
para que a camara municipal da Maia tenha em
conta que a freguesia de pedrouços e o pedrouços
fazem parte da maia e também faz parte da cidade
europeia do desporto e que com este titulo não pode

ser só visto como cidade do desporto o núcleo desportivo que serve só a maia, mais propriamente a zona desportiva que fica aqui ao lado e que muito dinheiro os maiatos tem gasto nele e continuam a gastar, podendo equipar e ajudar outras zonas que também pertencem a maia e que tem outras coletividades que representam a maia e algumas sendo as mais antigas da maia sem aqui relembrar que o senhor prof. Dr. Vieira de carvalho que promete-o algumas obras que eu ate considerava megalómanas para a freguesia e neste momento a freguesia de pedrouços nem um pavilhão ou recinto digno de utilização de um nome destes tem, por tal apelo aos senhores deputados da assembleia, aos senhores vereadores e aos executivo deste município que se esforcem mais e tenham mais vontade politica para bem da freguesia de pedrouços e de todos aqueles que podem utilizar os equipamentos desportivos para uma melhor qualidade de vida



Abaixo-Assinado

Nós, abaixo assinados, solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara da Maia a colocação do piso sintético no recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube. Uma obra que está prometida, pela edilidade maiata, há quase uma década. Aliás, promessa reiterada na última campanha eleitoral autárquica.

Esta obra é essencial para a freguesia de Pedrouços, para o Pedrouços Atlético Clube e restantes coletividades da freguesia. Pois, trata-se de uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da prática desportiva dos Pedroucenses, da formação das crianças e jovens da freguesia. Para além, da questão desportiva, a colocação do sintético resolveria o grave problema ambiental e de saúde, provocado pelas poeiras, que afeta os Pedroucenses moradores nas imediações do recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube.

NOME	Doc. Identidade n.º
José Fernando Pina Lobo	3696406
António	7310737
Eduardo Fernando Marques Magalhães	9746037
Janete Solange de Paiva Borges	12060818
Ozéu PDL 700	18012801
Francisco Giogo Tavares	14299937
Carlos Góes	7277185
Anacleto Campos Marques	12113434
Luís Carlos Rato Costa e Silva	10685473
Téhnia Manuela Almeida Silveira	11054201
Daniel Tavares Gonçalves	7374834
Vitor Manuel Belo Souto	81220669
APdo Maria Marinho Lopes	30259507
François José Lourenço Alves	9790863
Hector Manuel Ferreira Alves	3974247
Flávio Valdeci da Cunha Pinelos	13811225
Luis Tavares	
Rui Santos	
José Pinto Pinto	
Alberto Ferreira Martins	989474
Bárbara Cardoso Perreira	
Centro Young Le Dorn	8182592
Carvalho Francisco Filho	14021670

Abaixo-Assinado

Nós, abaixo assinados, solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara da Maia a colocação do piso sintético no recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube. Uma obra que está prometida, pela edilidade maiata, há quase uma década. Aliás, promessa reiterada na última campanha eleitoral autárquica.

Esta obra é essencial para a freguesia de Pedrouços, para o Pedrouços Atlético Clube e restantes coletividades da freguesia. Pois, trata-se de uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da prática desportiva dos Pedroucenses, da formação das crianças e jovens da freguesia. Para além, da questão desportiva, a colocação do sintético resolveria o grave problema ambiental e de saúde, provocado pelas poeiras, que afeta os Pedroucenses moradores nas imediações do recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube.

NOME	Doc. Identidade n.º
Marcos António Loureiro	10054982
Miguel Joaquim Pinto Oliveira	12291082
Vítor Manuel Fernandes Correia Antunes	7835602
Mariana Isabel Oliveira Taveira	13919210
António Lopes de Oliveira	
Miguel José Oliveira Gonçalves	11046339
Nuno Ricardo de Jesus Vieira	12889355
Fernando Fernando Pinto Medes	7802364
Alfredo Graça	2737606
Ana Guedes	13559142
Jéssica Apolinário Rodrigues	13065990
Paulo Alexandre Pinto Lacerda	9613489
Fábio Daniel Fernandes Gomes	13381113
António Almeida Dias Soárez	5430415
Declara Hezvernia Santos Lucírós	08827984
Ramal Amaro Pereira Nobre	10003301
João António Correia Lages	3978625
Celso Alberto Pereira Condur	3320928
Jorge Lourenço Dias Gomes	9722365
Fernando Manuel Lobo Soárez	07837989
Paulo José Fernandes	10029950
Ana Rita Sousa Silva	
Flávia Maria Carreira Coelho	07852566

Abaixo-Assinado

Nós, abaixo assinados, solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara da Maia a colocação do piso sintético no recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube. Uma obra que está prometida, pela edilidade maiata, há quase uma década. Aliás, promessa reiterada na última campanha eleitoral autárquica.

Esta obra é essencial para a freguesia de Pedrouços, para o Pedrouços Atlético Clube e restantes coletividades da freguesia. Pois, trata-se de uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da prática desportiva dos Pedroucenses, da formação das crianças e jovens da freguesia. Para além, da questão desportiva, a colocação do sintético resolveria o grave problema ambiental e de saúde, provocado pelas poeiras, que afeta os Pedroucenses moradores nas imediações do recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube.

NOME	Doc. Identidade n.º
José Ferreira de Sá	7045292
Teresa Maria Telo Belo	10247068
+ -	9061077
António José da Maga Oliveira	10405742
Miguel António Falcão Pereira	9088565
Fernando Manuel Cauto Ribeiro	7005721
Mário Duarte Júnior Santos	6596746
Pedro Lufuk São Costa	10883879
Paulo Jorge Santos	11686796
Bruno Fernando Teixeira Neto	3611296
pt. Spalt ruchi nich sin lut	10995164
Vítor Leopoldo Neves Santos	10054108
João Pimentel	10510095
Quim Riquel Marta dos Portinho	11317842
João Pires Carvalho Gonçalves	10496755
Paulo Ornelas Pereira de Melo	199584958
Silva Felipe de Carvalho Pereira	11498194
Hélena Alexandre França Costa	10557156
Rute Rio Andrade	10544597
ofurim onstro Santos	10661161
Paulo Arde Guedes	10522472
Ismael Luís de Oliveira Reis	10609919
Isabel Marzanck R. M. Ramalho	11488963

Abaixo-Assinado

Nós, abaixo assinados, solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara da Maia a colocação do piso sintético no recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube. Uma obra que está prometida, pela edilidade maiata, há quase uma década. Aliás, promessa reiterada na última campanha eleitoral autárquica.

Esta obra é essencial para a freguesia de Pedrouços, para o Pedrouços Atlético Clube e restantes coletividades da freguesia. Pois, trata-se de uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da prática desportiva dos Pedroucenses, da formação das crianças e jovens da freguesia. Para além, da questão desportiva, a colocação do sintético resloveria o grave problema ambiental e de saúde, provocado pelas poeiras, que afeta os Pedroucenses moradores nas imediações do recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube.

NOME	Doc. Identidade n.º
Cálio Gómez Estêvão Veloso	8865126
Cristina Ferreira Gonçalves Teixeira Pinto	7849966
Fernanda Manuel Ruios Costa	13906860
Agnaldo Isidro dos Prazeres	05940382
António José Tavares Gomes	10106594
Susana Paula Vasconcelos Ribeiro Quinta	10346538
Bruno Fernando da Costa Carvalho	14815635
Ipiranga Pinto Santo António da Silva	14790814
José Mário da Silva Lameira	10577698
José Faustino da Silva Faria	07359209 e.c.
Maria Isabela de Freitas Oliveira	08153167
Paulo Mendes Vieira Andrade	11903490
Diony Rosy Soárez Oliveira	0022546
Patrícia Ronice Marques Vidal	11553043
Rodrigo Andrade Brito Soárez	30526279
Flávio Filipe da Silva Gómez	15460170
Francisco Urbano Albergaria	14430322
Diogo Teixeira Araújo	14631383
Bernardo José da Silva Vieira Amorim	15174674
Tiago Cardoso dos Santos Pinto de Sousa	14303677
Sandra Cristina Nogueira Pacheco Veríbola	11455027
H. Arminda Pinto Ferreira Guedo	07921294
Renato Tomaz J. Andrade	07967824

Abaixo-Assinado

Nós, abaixo assinados, solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara da Maia a colocação do piso sintético no recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube. Uma obra que está prometida, pela edilidade maiata, há quase uma década. Aliás, promessa reiterada na última campanha eleitoral autárquica.

Esta obra é essencial para a freguesia de Pedrouços, para o Pedrouços Atlético Clube e restantes coletividades da freguesia. Pois, trata-se de uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da prática desportiva dos Pedroucenses, da formação das crianças e jovens da freguesia. Para além, da questão desportiva, a colocação do sintético resolveria o grave problema ambiental e de saúde, provocado pelas poeiras, que afeta os Pedroucenses moradores nas imediações do recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube.

NOME	Doc. Identidade n.º
Ana Raquel Condico	11462388
Helena João Freitas Correia	11693582
Elvira Loureiro Silveira Nda Feminine	5905399
André Miguel Pereira Antunes	15466407
Amílcar Pires Jacinto Lopes	8909733
Ezequiel Decretos Freitas Pinto	9935605
Maria Patrícia Soares Pereira	13016288
Júlio de Lima Soares	3927806
Medina Pinho Nda Gonçalves	8105189
Helder Filipe Soárez Gonçalves	13733478
Joaquim Salitti Azevedo	2846195
Maria Fernanda Azevedo	3757839
Fernando Vicente	6634298
Júlio Vicente	12630290
Tarcísio da Costa Matos	3641726
José Hava Amorim	01866248
Damião da Cunha da Santos Alves	107546
Claudina Siqueira Diniz	777093
SAÚDE ASSINAR	917657
António dos Santos Ferreira	2853855
Maria da Conceição Ferreira Soares	1308505
José Manuel Neves Barbosa	11670603
Ana Luisa Matos Alves	12297828

Abaixo-Assinado

Nós, abaixo assinados, solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara da Maia a colocação do piso sintético no recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube. Uma obra que está prometida, pela edilidade maiata, há quase uma década. Aliás, promessa reiterada na última campanha eleitoral autárquica.

Esta obra é essencial para a freguesia de Pedrouços, para o Pedrouços Atlético Clube e restantes coletividades da freguesia. Pois, trata-se de uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da prática desportiva dos Pedroucenses, da formação das crianças e jovens da freguesia. Para além, da questão desportiva, a colocação do sintético resolveria o grave problema ambiental e de saúde, provocado pelas poeiras, que afeta os Pedroucenses moradores nas imediações do recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube.

NOME	Doc. Identidade n.º
Fernanda Beatriz Carvalho Figueiredo	
João José Simões de Sousa	1000296
Ricardo Júlio Quirino de Oliveira	12899712
Augusto de Sousa Rodrigues	7368141
António de Sousa da Silva	7287372
Manuel Fontinha de Oliveira	2880672
Luis da Cunha Pinto	2724069
Rosa Paula Oliveira	03994988
Fernando Pereira da Costa	33784214
Maria Adélia Silvano Cabral Ponte	08746183
Maria Gilomero Fonseca Filho Alves	07843595
José Augusto Montinho da Rocha	6998794
Mayra Pinto Soares Silveira Costa	3403071
António Costa	1943782
Madalena de Jesus Morais	3409046
Díoso da Silva Borges Arceijo	13935766
José Manuel da Silva Araújo	7201204
José Silva Araújo	2867492
Praxedes da Silveira Machado	2867491
Maria da Graça Cardoso	130620985
Norma da Fernandes Machado	3380009
Ana Luísa Botelho Cardoso	12178305
Catarina Ferreira de Sousa	829244

Abaixo-Assinado

Nós, abaixo assinados, solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara da Maia a colocação do piso sintético no recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube. Uma obra que está prometida, pela edilidade maiata, há quase uma década. Aliás, promessa reiterada na última campanha eleitoral autárquica.

Esta obra é essencial para a freguesia de Pedrouços, para o Pedrouços Atlético Clube e restantes coletividades da freguesia. Pois, trata-se de uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da prática desportiva dos Pedroucenses, da formação das crianças e jovens da freguesia. Para além, da questão desportiva, a colocação do sintético resolveria o grave problema ambiental e de saúde, provocado pelas poeiras, que afeta os Pedroucenses moradores nas imediações do recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube.

NOME	Doc. Identidade n.º
Anna Montinho Lourenço Costa	03589253
José Fernandes José Queiroz	841014
Federico Soeiro Teixeira Pinto	3064879
Maria Odete Conceição Teixeira Pinto	2671536
Maria Manuela Vieira Oliveira	10325753
Mário Lúcio Vieira Oliveira	14409334
Maria de Sándes Almada	166 31 82
José Augusto José Vieira da Cunha	0911686
Maria Helena Oliveira Machado	02174456
Aniceto do Carmo Ferreira de Magalhães	158563093
Maria Paula Decante	8805088
Eduardo Ribeiro	03609044
Maria Manuela P. Ferreira Queiroz	01774078
João Martins Queiroz	30507082
João Jorge Ferreira de Oliveira	09933640
Maria António José Tomás Ribeiro	07798100
Quincisco da Silva Rocha Oliveira	178835
Maria Fernanda Gonçalves Pacheco Almeida	5966712
Alfonso da Silva Correia	892793
Maria Avelino Marques Ferreira	5975235
Tomaz António Pacheco Góis	3721101
Paulina de Oliveira Queiroz	06557317
Tal M. de J.	11051389

Abaixo-Assinado

Nós, abaixo assinados, solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara da Maia a colocação do piso sintético no recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube. Uma obra que está prometida, pela edilidade maiata, há quase uma década. Aliás, promessa reiterada na última campanha eleitoral autárquica.

Esta obra é essencial para a freguesia de Pedrouços, para o Pedrouços Atlético Clube e restantes coletividades da freguesia. Pois, trata-se de uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da prática desportiva dos Pedroucenses, da formação das crianças e jovens da freguesia. Para além, da questão desportiva, a colocação do sintético resolveria o grave problema ambiental e de saúde, provocado pelas poeiras, que afeta os Pedroucenses moradores nas imediações do recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube.

NOME	Doc. Identidade n.º
Barbara Cardoso Ferreira	14206280
Marcos Aquino Miração	1941902
Millena Paula Pinto de Freitas	2873326
Da. I. Orlando Capela da Cunha. Mendoz	13360235
Thiago Lopes Viegas Silveira Siqueira	10537883
Justo José Lira Marinho	814845
Carlo Ferreira	10588167
José José Costa Cardoso	034619495
Carlos Duarte Nicola Fernandes	7661649
Jaquim Reis dos Romanelhos	04465275
António Cruz Teixeira	9490199
José José Rosário Almeida	12082473
Rui Faria da Costa Bettencourt Soárez	581882
Ramiro de Carvalho	5942543
Bruno Panvel Lobo Carvalho	12423996
Manuel José Ferreira Matias	05987495
António José da Silva Quintana	
Jaquim Filipe Góes da Cunha Campeão	01846714
Sergio Afonso dos Santos	6315162
Jaquim José	03231937
Jose Manuel Ferreira Dos	8203023
Costa Oliveira Júnior	3692485
Domingos Guerreiro	2933757

Abaixo-Assinado

Nós, abaixo assinados, solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara da Maia a colocação do piso sintético no recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube. Uma obra que está prometida, pela edilidade maiata, há quase uma década. Aliás, promessa reiterada na última campanha eleitoral autárquica.

Esta obra é essencial para a freguesia de Pedrouços, para o Pedrouços Atlético Clube e restantes coletividades da freguesia. Pois, trata-se de uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da prática desportiva dos Pedroucenses, da formação das crianças e jovens da freguesia. Para além, da questão desportiva, a colocação do sintético resolveria o grave problema ambiental e de saúde, provocado pelas poeiras, que afeta os Pedroucenses moradores nas imediações do recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube.

NOME	Doc. Identidade n.º
Jorge Emanuel Cruz Martinho	12386721
David José Barbosa Soares	08278890
Sandu Miguel Barros Pacheco	10838414
Fábio Henrique António Lopes Peixoto	09039067
Aurélia Palma Peceli de Souza	03235558
Castelo & Mário Pêncio Sampaio	05811632
Miguel António de Oliveira Faria	11939189
Bernardina Fonseca Afan	11271264
Sérgio Neto da Costa Matos	11259052
José Fernando dos Santos Silva	12749971
Ludovice Rodrigues	08568844
António Manuel Ferreira Tomé	10050891
Sebastião Edmundo Soares Pires	10444119
Suzana Patrícia Campino	11501837
Sara Filipe Lima Almeida	13833725
Dona Patrícia Senna Correia	14589049
Maria Maria de Sousa Freitas	8495288
João Manuel Silva Nogueira	9248019
Francisco Felíx Jesus Lamego Nogueira	1441342
Fernando Soares	5828400
Dona Tatjá de Melo Santos	10760376
José Manuel António Ribeiro Pinho	7067619
José Cesário Oliveira Vieira	12346801

Abaixo-Assinado

Nós, abaixo assinados, solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara da Maia a colocação do piso sintético no recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube. Uma obra que está prometida, pela edilidade maiata, há quase uma década. Aliás, promessa reiterada na última campanha eleitoral autárquica.

Esta obra é essencial para a freguesia de Pedrouços, para o Pedrouços Atlético Clube e restantes coletividades da freguesia. Pois, trata-se de uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da prática desportiva dos Pedroucenses, da formação das crianças e jovens da freguesia. Para além, da questão desportiva, a colocação do sintético resolveria o grave problema ambiental e de saúde, provocado pelas poeiras, que afeta os Pedroucences moradores nas imediações do recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube.

JOÃO PESSOA	NOME	Doc. Identidade n.º
JOÃO Rui VOTAS	RUI VOTAS	11508886
José Vitor		10299365
Daniel Cunha		12813129
Gustavo Melo		11358210
ALANOS DE FREITOS		12335045
Hugo Moura		13039892
BASÍLIO MIRANDA		11531556
Francisco Faria		12577260
Maria Sáez da Silva		10461916
João Alberto Correia Costa		18219967
Jesíderio Valdemar Soares Ramor Silva		08916548
Edgar Abreu da Silva Vaz		10918828
Rafael Tomaz Boim Brum		8071282
António Alfonso Barroso Andrade		12276873
José Manoel de Sousa Teixeira		9848145
António José Gomes Cunha		10888128
José Alexandre de Souza Vaz		9563919
Edgar Nogueira da Silveira / C /		11754235
José Luís Guedes Vaz		12098087
Bruno Manuel Neves Faria		11439474
Luís Monte Abreu de Sousa Sárol		20792065
Marcos Nunes		14043205
Igor Manoel da Silva Sárol		08973866

Abaixo-Assinado

Nós, abaixo assinados, solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara da Maia a colocação do piso sintético no recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube. Uma obra que está prometida, pela edilidade maiata, há quase uma década. Aliás, promessa reiterada na última campanha eleitoral autárquica.

Esta obra é essencial para a freguesia de Pedrouços, para o Pedrouços Atlético Clube e restantes coletividades da freguesia. Pois, trata-se de uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da prática desportiva dos Pedroucenses, da formação das crianças e jovens da freguesia. Para além, da questão desportiva, a colocação do sintético resolveria o grave problema ambiental e de saúde, provocado pelas poeiras, que afeta os Pedroucenses moradores nas imediações do recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube.

NOME	Doc. Identidade n.º
ALBERTO JOAQUIM MOREIRA CASEIRA	3384452
JOSÉ RICARDO MOREIRA FERREIRA SILVA	12071786
RUI MIGUEL DE CASTRO TOMAS	12299915
JOAQUIM PAULO NEVES MOREIRA	8551726
Ricardo José da Silva Ribeiro	11184840
Nelson Neves da Ribeira	12363858
Nuno Filipe Gólio da Silveira	11324356
JUVENTINO CLAUDIO BOSSA da Silveira	10533886
Rui Miguel da Cunha Silva	13621135
Zora Paula da Bento Gomes	14612071
Edoardo Henrique Dos	14098669
Fernando António Moreira Alves	12145063
Cláudio Emanuel Marques Cunha	12590447
Paulo Lameira Silva Rego	12620966
Armando Miguel Pinto Lobo	32982677
Delminda dos Prazeres G. Moreira	9566611
Tiago Vaz Palmeiro Lembrio	13765942
Maria Amélia Costa Pimentel	12970835
Patrícia Andrade Vieira	11312578
Pedro José Araújo Santos	14790594
Rui Henrique Ferreira dos Santos	10982062
Ricardo Nogueira Ferreira Soamento	12397494
Orlando José Lopes Gonçalves	11282687

Abaixo-Assinado

Nós, abaixo assinados, solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara da Maia a colocação do piso sintético no recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube. Uma obra que está prometida, pela edilidade maiata, há quase uma década. Aliás, promessa reiterada na última campanha eleitoral autárquica.

Esta obra é essencial para a freguesia de Pedrouços, para o Pedrouços Atlético Clube e restantes coletividades da freguesia. Pois, trata-se de uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da prática desportiva dos Pedroucenses, da formação das crianças e jovens da freguesia. Para além, da questão desportiva, a colocação do sintético resolveria o grave problema ambiental e de saúde, provocado pelas poeiras, que afeta os Pedroucenses moradores nas imediações do recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube.

NOME	Doc. Identidade n.º
Hézia António Andrade	3006757
Marcia Sáez	3292802
Cátia Alexandra Soares Marques	13974921
Lana de Lá Sócio Canibela S. S. Ribeira	10011003
Vâmessa Soárez Soares Marques	13931954
Telmo Ricardo Neves Marques	13253969
Sónia Cristina Rodrigues Magreira	11550476
Raulo Lucílio Felisberto da Silva	11339878
Thiago Gonçalves Soares Alves	11478826
Gayde Encarna Almeida Costa	213927373
Silvia Frederica Ferreira Ferreira Gonçalves	
Elisabete Ribeiro da Rocha	14029395
Bute Isabel Soárez CONDE BRANCA	11460200
Paula Cristina Oliveira Monteiro	11926432
Susana Ferreira Isidoro	10103822
Pedroso Filipe Gonçalves	10355958
Denzilas Soárez da Silva	12814651
José L. L. T. Telíforo	10607161
Móbiles Ariosa Mendes Lameira	9426618
Sora Elija P. Lameira Lameira	13419228
Eva Carvalho Queiroz	10956406
Tiago Daniel Teixeira Ascendo	30136501
Idília Nogueira Silveira Santos Oliveira	

Abaixo-Assinado

Nós, abaixo assinados, solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara da Maia a colocação do piso sintético no recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube. Uma obra que está prometida, pela edilidade maiata, há quase uma década. Aliás, promessa reiterada na última campanha eleitoral autárquica.

Esta obra é essencial para a freguesia de Pedrouços, para o Pedrouços Atlético Clube e restantes coletividades da freguesia. Pois, trata-se de uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da prática desportiva dos Pedroucenses, da formação das crianças e jovens da freguesia. Para além, da questão desportiva, a colocação do sintético resolveria o grave problema ambiental e de saúde, provocado pelas poeiras, que afeta os Pedroucenses moradores nas imediações do recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube.

NOME	Doc. Identidade n.º
Rui César Santos	9989238
Silva Vilarim	10239017
Nuno Ribeiro Silva	11465117
Nuno Abraão Ferreira afogado de Oliveira	10245771071877
Sra. Le Coq	12041279
Manuel David Soárez Pinto	8447563
Jorge Costa Lopes	12390460
Cm. Elvira Fernanda Silveira Penedo	12584035
Felipe Ricardo Coutinho Silva	14700148
Dionísio José Francisco Pires	9894938
Bruno Miguel Lobo Faria	12959563
Sandres Isabel Ventura Gómez	220896886
SANDRA ELVIRA SIERRA COSTA ANTUNES	8221303
António Vitorino Ribeiro Teixeira	9362632
Welder Manuel Esteves Sil	9981214
Aurora Mendes Costa Sardinha	
velho Smudo Rui Pedro Henrique	3012351
Domingos José Guerreiro	1864413
Affonso	

Abaixo-Assinado

Nós, abaixo assinados, solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara da Maia-a colocação do piso sintético no recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube. Uma obra que está prometida, pela edilidade malata, há quase uma década. Aliás, promessa reiterada na última campanha eleitoral autárquica.

Esta obra é essencial para a freguesia de Pedrouços, para o Pedrouços Atlético Clube e restantes coletividades da freguesia. Pois, trata-se de uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da prática desportiva dos Pedroucenses, da formação das crianças e jovens da freguesia. Para além, da questão desportiva, a colocação do sintético resolveria o grave problema ambiental e de saúde, provocado pelas poeiras, que afeta os Pedroucenses moradores nas imediações do recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube.

NOME	Doc. Identidade n.º
Ara Catáunia Pinto Azevedo	14099084
José MANUEL ALMEIDA REGO	06627286
Patrícia Sofia Pinto de Costa	08922800
Andrea Filipa Pinto de Azevedo	14095793
Filipe Emanuel Sousa Soares	14096379
Rafaela Paula Lima de Góes	13018550
Alfredo José Vazquez das Prazeres	3938621
ALVARO MARIA Vieira de Almeida	13018551
Isabel Manuel Freitas Gonçalves de Lacerda	14101859
Fernando C. Araújo	07431111
Daniel Filipe de Sousa Soares	13735127
Miguel Luís F. Rego	10996152
António Miguel da Cunha Silva	13821133
João Pinto de Matos Tomás	14612071
Nuno Filipe Góes da Silva	11924356
Eduardo Lemos Barros Oliveira	10349965
Daniel Alves Andrade da Silva	13113026

Abaixo-Assinado

Nós, abaixo assinados, solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara da Maia a colocação do piso sintético no recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube. Uma obra que está prometida, pela edilidade maiata, há quase uma década. Aliás, promessa reiterada na última campanha eleitoral autárquica.

Esta obra é essencial para a freguesia de Pedrouços, para o Pedrouços Atlético Clube e restantes coletividades da freguesia. Pois, trata-se de uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da prática desportiva dos Pedroucenses, da formação das crianças e jovens da freguesia. Para além, da questão desportiva, a colocação do sintético resloveria o grave problema ambiental e de saúde, provocado pelas poeiras, que afeta os Pedroucenses moradores nas imediações do recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube.

NOME	Doc. Identidade n.º
José Antônio Aguiar Pereira Antônio Agustino Oliveira Fehl	7133460 10335484
Maria de Fátima Ribeiro Correia	
Maria Elobilda da Silva Bertinho	
Maria de Souza da Cunha	12093260
Fábio Fernando Nogueira Corrêa	11298815
Apolinário Antônio Lopes dos Reis	
Justino José da Costa	
Elisa Gómez de Silva Palma	11906883
Ana Paula Nogueira Ricardo Cozzani	
Raquel Donatila Soares Poulitz	
Elisa Rosa Coelho Silva	
Carlos, Mário Cezar Moreira	
Edinei Domingos Soares Soqueira	
Maria de Fátima Gomes	12581153

Abaixo-Assinado

Nós, abaixo assinados, solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara da Maia a colocação do piso sintético no recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube. Uma obra que está prometida, pela edilidade maiata, há quase uma década. Aliás, promessa reiterada na última campanha eleitoral autárquica.

Esta obra é essencial para a freguesia de Pedrouços, para o Pedrouços Atlético Clube e restantes coletividades da freguesia. Pois, trata-se de uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da prática desportiva dos Pedroucenses, da formação das crianças e jovens da freguesia. Para além, da questão desportiva, a colocação do sintético resolveria o grave problema ambiental e de saúde, provocado pelas poeiras, que afeta os Pedroucenses moradores nas imediações do recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube.

Abaixo-Assinado

Nós, abaixo assinados, solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara da Maia a colocação do piso sintético no recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube. Uma obra que está prometida, pela edilidade maiata, há quase uma década. Aliás, promessa reiterada na última campanha eleitoral autárquica.

Esta obra é essencial para a freguesia de Pedrouços, para o Pedrouços Atlético Clube e restantes coletividades da freguesia. Pois, trata-se de uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da prática desportiva dos Pedroucenses, da formação das crianças e jovens da freguesia. Para além, da questão desportiva, a colocação do sintético resloveria o grave problema ambiental e de saúde, provocado pelas poeiras, que afeta os Pedroucenses moradores nas imediações do recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube.

NOME	Doc. Identidade n.º
Antônio Soárez da Costa Castro	03710449
José Mário Vicente da Silveira	09662218
João Viana Evangelista da Silva	719379
Gaudêncio Peixoto Vicente de Souza	3849036
Ricardo Ferreira	13384560
Paulo Palmeira	10157788
RTS Silveira	13395327

Abaixo-Assinado

Nós, abaixo assinados, solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara da Maia a colocação do piso sintético no recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube. Uma obra que está prometida, pela edilidade maiata, há quase uma década. Aliás, promessa reiterada na última campanha eleitoral autárquica.

Esta obra é essencial para a freguesia de Pedrouços, para o Pedrouços Atlético Clube e restantes coletividades da freguesia. Pois, trata-se de uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da prática desportiva dos Pedroucenses, da formação das crianças e jovens da freguesia. Para além, da questão desportiva, a colocação do sintético resloveria o grave problema ambiental e de saúde, provocado pelas poeiras, que afeta os Pedroucenses moradores nas imediações do recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube.

NOME	Doc. Identidade n.º
Paula Coutinho Ferreira	
Clementina de Jesus Mariana	148145-20

INSCRIÇÃO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Nome Fernando Silveira Monteiro ✓
Morada Rua 22 Escola 40
Freguesia Braga - Centro de Braga
Código Postal 475-012
Contato telefónico 966055857
E-mail fern.silveira@nautis.com

Vem, muito respeitosamente, solicitar a V. Exa., atento ao disposto no n.º 3 do artigo 42.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, lhe seja concedido um período de tempo para pedir os seguintes esclarecimentos:

Descrição do assunto:

Encerramento da sessão pública na Freguesia de Braga na Rua José Góis - Centro de Braga

Processo territorial da Freguesia de Vouzela sobre a Freguesia de Braga, Urbanização do Monte Largo

Maia, 23/06/2018

(Assinatura) Fernando Silveira Monteiro

Obs.: A intervenção do público fica sujeita às regras estabelecidas nos artigos 42.º e 50.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia

Artigo 42.º	Artigo 50.º
<p>Período de intervenção do público</p> <ol style="list-style-type: none">No fim do período de antes da ordem do dia há um período para intervenção do público.O período de intervenção do público tem a duração máxima de trinta minutos.Os cidadãos interessados em intervir terão de fazer, antecipadamente, a sua inscrição, referindo o nome, a morada e o assunto que pretendem ver esclarecido.O período de intervenção do público, referido no nº 2 deste artigo, será distribuído pelos inscritos e não poderá exceder cinco minutos por cada cidadão.	<p>Regras do uso da palavra no período de intervenção do público</p> <ol style="list-style-type: none">A palavra é concedida ao público para intervir, nos termos do artigo 42.º, deste regimento.Durante o período de intervenção do público, qualquer cidadão pode solicitar os esclarecimentos que entender sobre assuntos relacionados com o Município, devendo, para o efeito, proceder à sua inscrição na Mesa, de acordo com o n.º 3 do citado artigo 42.º.Findo o período previsto no artigo 42.º deste Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal presta os esclarecimentos que entender convenientes quanto às questões diretamente relacionadas com a Assembleia Municipal, sem prejuízo de, posteriormente e sempre que considere necessário, enviar uma resposta por escrito devidamente fundamentada.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

Reunião ordinária
junto/14 ✓ 17/06/14
JAF

Ex.mo Senhor

Presidente da Assembleia Municipal da Maia

Paços do Concelho

MAIA

Ofício nº 6.103

ASSUNTO: INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL.

Ex.mo Senhor Presidente,

Nos termos da Lei, levo ao conhecimento de V. Ex.a e através de V. Ex.a à Ex.ma Assembleia Municipal, a presente Informação.

O presente documento é elaborado a propósito e na circunstância da realização da 3^a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, do ano de 2014.

Tendo em conta que a última Informação que prestei, por escrito, à Assembleia, data de 9 de Abril, passo a fazer uma alusão, sintética e abreviada, a alguns aspectos que tiveram relevância pública no nosso Município neste breve espaço de tempo decorrido.



1- A questão da Habitação Social no nosso Município, e em especial a necessidade da manutenção dos empreendimentos municipais, tem vindo a constituir uma preocupação e um aspeto em que a Câmara, diretamente e muito especialmente através da empresa municipal "Espaço Municipal", tem empenhado todos os seus esforços, como, aliás, é bem reconhecido.

Para além dos aspetos ligados à preservação, conservação e requalificação dos edifícios, a "Espaço Municipal" avançou bastante mais e lançou-se num programa de instalação de equipamento que visa a utilização racional de energia e de eficiência energética em todos os empreendimentos que estão sob a sua alçada.

Basicamente trata-se da instalação de sistemas de painéis solares térmicos destinados ao aproveitamento da energia solar para a produção de AQS – águas quentes sanitárias, sendo que cada fogo possuirá uma instalação independente.

Esta intervenção representa para os empreendimentos uma mais-valia de grande expressão, quer pelo investimento realizado na operação em apreço, quer pela prevenção de maiores despesas e encargos futuros para os moradores, bem como pela significativa e drástica diminuição da



fatura energética (principalmente no consumo de energia elétrica) que as Famílias em causa passarão a usufruir.

Com estes objetivos, a "Espaço Municipal" apresentou uma candidatura à operação com o Código NORTE-07-0765-FEDER-000505, designada por "Energia – Eficiência Energética em Edifícios de Habitação Social Existentes".

O cofinanciamento FEDER em causa, no âmbito do Eixo Prioritário 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento, foi aprovado pela Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Norte (ON.2), em 13 de março de 2014.

A intervenção versa 38 Empreendimentos, compostos por 117 edifícios e 1.782 habitações (14 T5, 110 T4, 802 T3, 643 T2 e 213 T1).

O valor da candidatura ascendeu a 4.455.000 €, sendo que a participação FEDER se situa nos 3.061.599 € em razão da taxa de 70 % sobre o total elegível de 4.373.713 €.

2- No dia 8 de Maio, a Maia, através dos Serviços de Educação do Município, das Escolas do EB1 Concelho, dos seus quadros Docente e Discente e, especial e notoriamente, através dos seus Alunos, viu

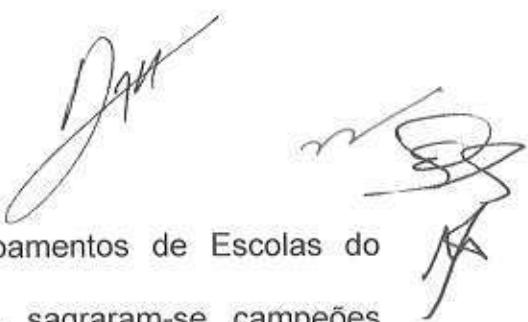


reconhecida a nível nacional, e uma vez mais, os esforços que todos temos vindo a empreender na área da Educação no nosso Município.

Refiro-me aos resultados obtidos no concurso "7 dias, 7 dicas sobre os media – 2013/2014", promovido pelo Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS) e a Rede de Bibliotecas Escolares (RBE), em parceria com a Direção Geral da Educação e a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) que incidiram sobre trabalhos desenvolvidos nas Escolas. Estes trabalhos foram levados a efeito no âmbito das AEC (Atividades de Enriquecimento Curricular) – PLE (projetos lúdico expressivos) e versaram temas que tinham por objetivo a sensibilização para o papel e lugar que os media tradicionais e de nova geração ocupam no quotidiano dos Alunos.

Pois a Escola EB1/JI de Crestins arrecadou o 1º Prémio na Categoria 1º/2º ciclos, com o trabalho subordinado ao tema "7 dias sobre a segurança nos telemóveis e nas redes sociais", e a Escola EB1/JI de Pedras Rubras recebeu uma Menção Honrosa na mesma categoria pelo trabalho intitulado "7 dicas sobre o uso dos media na sala de aula e na biblioteca".

A entrega dos prémios teve lugar no Palácio Foz, em Lisboa, sendo o reflexo da aposta continua nas AEC e no desenvolvimento das TIC desde o ano letivo 2006/2007.



Também no Desporto Escolar os Agrupamentos de Escolas do Levante de Águas Santas e da Maia, sagraram-se campeões nacionais respetivamente na ginástica acrobática, na dança, no boccia e no atletismo.

3- Ainda a propósito das atividades que são desenvolvidas nas nossas Escolas, gostaria de deixar mais um pequeno exemplo.

Entre os dias 6 e 9 de Maio decorreram nas Escolas do Concelho da Maia diversas atividades artísticas e culturais inseridas no âmbito das AEC Projetos Lúdico Expressivos (PLE), e que foram desenvolvidas pelos alunos do 1º ciclo do ensino básico do Concelho.

Os Alunos apresentaram diversos espetáculos de dança e música, participaram em workshops e sessões de leitura infantil, sendo que todas as atividades realizadas foram abertas ao público. Estas iniciativas tiveram como objetivos incentivar as crianças para o gosto pelas artes, estimular a sua criatividade, aumentar a autoestima, fomentar o espírito de grupo e a sua união.

No decurso das atividades estes jovens artistas foram incentivados a utilizar diferentes formas artísticas e plásticas com vista ao seu enriquecimento tanto ao nível cultural como musical e que, simultaneamente, proporcionassem a aquisição de competências que lhes permitam conhecer e utilizar novas ferramentas digitais.



Na Escola do EB1 Cidade Jardim tivemos um Festival de Música |
MÚSICA IN CIDADE JARDIM; no pólo de Gemunde da Junta de
Freguesia aconteceu a atuação dos Pequenos Flautistas da Seara, da
EB1 da Seara; no Centro Escolar de Gueifães/Vermoim foi apresentado
o projeto Maiatour (Conhecer a Maia dentro da Escola); na EB1 de Sta.
Cristina teve lugar a "Hora do Conto" com os Pais e Encarregados de
Educação de Alunos | O AUDITÓRIO MAIS PEQUENO DO MUNDO; na
EB1 do Lidor aconteceu o Workshop de Danças Africanas | AS
DIFERENTES CORES DO ARCO-ÍRIS; e no Centro Escolar da Gandra
uma ação de Música com instrumentos reciclados | ECOLOGIA É
MAGIA .

4- Acerca de Educação deixaria, ainda, duas breves notas: uma para salientar a realização da "9ª Gala da Saúde Escolar" que teve por objetivo premiar as escolas, e os 250 alunos do ensino pré-primário e do primeiro ciclo, pelos trabalhos desenvolvidos ao longo do ano letivo no âmbito do Programa de Saúde Escolar, evento a que se associaram os padrinhos/madrinhas do programa. E a outra para referir a realização da festa de encerramento do ano letivo que este ano teve lugar no "Parque de Avioso", sob o lema "Educação em Festa", uma ação pensada para toda a Família e com diversos motivos de interesse que permitiram promover a interação intergeracional.



É claro que tudo isto somente é possível com a categorizada, excelente e diversificada oferta que o Município dispõe tanto em termos de construções escolares como de equipamento didático e outro que está disponível para toda a comunidade educativa.

Orgulhamo-nos disso, e de toda a nossa ação nas escolas, nos jardins de infância e de uma forma geral junto da primeira infância, e há muitos anos que assim o é. Todos, ou pelo menos os que o querem ver, têm a noção perfeita de que estamos muito à frente no que respeita a instalações, quer sejam salas de aula, salas de refeições, cozinhas, e espaços comuns de estada e de lazer destinadas aos alunos dos primeiros graus do ensino.

5- Aquando da Posse de Sua Excelência Reverendíssima D. António Francisco dos Santos, como Bispo da Diocese do Porto, enderecei um convite a Sua Excelência Reverendíssima para uma receção oficial na Câmara Municipal da Maia.

Para além da cortesia e das boas vindas a este nosso território, de que é Administrador Apostólico, pretendia partilhar com o Sr Bispo os projetos que temos em curso com a Instituição Igreja no sentido lato e perspetivar e estreitar ainda mais o futuro de relacionamento, e de grande proximidade, entre os vários organismos das Paróquias do Concelho e a



sua Câmara Municipal, que consideramos um dos vetores primordiais da ação diária, particularmente na área social.

Essa oportunidade veio a acontecer em 29 de Maio, tendo estado presentes os Párocos da Vigararia da Maia.

6- No dia 11 de Abril recebemos a visita do Sr Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Eng. Jorge Moreira da Silva e no dia 9 de Maio a do Sr. Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Dr. Luís Campos Ferreira.

Foram visitas em que os Governantes, e em especial, se inteiraram do que o tecido empresarial sediado na Maia está a desenvolver em áreas tecnológicas e de pendor fortemente exportador, nomeadamente nos sectores da mobilidade elétrica e da eficiência energética com recurso a tecnologias limpas, numa reafirmação da importância da internacionalização da economia nacional na construção de um Portugal mais próspero e, por outro lado, o reconhecimento pelo contributo que o tecido empresarial da Maia tem prestado á concretização deste desígnio. Recorde-se que, segundo dados do INE, em 2013 a Maia foi o 9º Município do país em termos de "vendas para o exterior" e o 2º da Região Norte.



– Também neste âmbito de reunião de esforços com vista a uma maior internacionalização da economia, e numa parceria entre a Câmara Municipal, a Associação Empresarial da Maia e a CCILC – Câmara de Comércio e Indústria Luso-Colombiana, foi levado a efeito, em 30 de Abril, no Parque de Ciência e Tecnologia da Maia – TECMAIA, um Seminário acerca das oportunidades que se estão a abrir na Colômbia para as empresas nacionais.

Foram dados a conhecer alguns detalhes específicos do mercado em causa bem como fatores diferenciadores e principais razões motivadoras do crescente investimento das empresas portuguesas nesse País, tendo em mente, também, a importância que a Colômbia passa a adquirir como eventual porta de entrada no recém-formado bloco comercial da Aliança do Pacífico, que engloba também o México, o Chile e o Peru.

– Em Maio decorreu a edição deste ano do "Programa MaiaGO".

Este programa tem por objetivos o apoio aos jovens na inserção na vida ativa, de promover a igualdade de oportunidades, de afirmar o autoconhecimento, de clarificar e definir as mais-valias pessoais, de apoiar a criação da proposta de valor, de promover o encontro com o mercado de trabalho, quer seja numa perspetiva de trabalho por conta de outrem ou através da criação do próprio posto de trabalho.



O MaiaGo é dirigido a jovens que tenham obtido qualificações ao nível do 12º ano, de cursos profissionais e licenciaturas, a jovens que estejam em situação de desemprego e inscritos no IEFP, sendo composto por vários painéis e temáticas. Alguns dos temas bordados centram-se na "Marca Pessoal", no "Social Media" e no "Mercado de Trabalho", direcionados para áreas como marketing pessoal, marketing digital, emprego e empreendedorismo. Esta iniciativa, que é desenvolvida em conjunto com entidades públicas e privadas, conta com especialistas nas áreas abordadas, sendo ainda disponibilizados espaços para a realização de entrevistas de trabalho.

- Uma nota acerca do que já se conseguiu obter através do "MaiaFinicia". Com este programa, e em parceria com entidades financeiras, celebrámos 16 contratos de financiamento à constituição de empresas e ao apoio ao empreendedorismo, nomeadamente de Jovens do Concelho.

Partindo de um Fundo com o valor de 500.000 € no qual o Município teve um investimento de 120.000 €, reembolsável sem taxas nem juros, conseguimos atingir um total contratualizado de 590.000€ já que os últimos 3 contratos (90.000€) foram financiados com o reembolso dos restantes.



Ora isto atesta bem do sucesso do programa. Ademais, e mediante as Visitas de Acompanhamento “On the Spot” às empresas financiadas, foi possível apurar que, por exemplo, essas empresas dos 32 Colaboradores iniciais tinham passado para 76, o que representa um crescimento de 145% em termos de postos de trabalho.

De referir que todos os Empresários consideram o MaiaFinicia muito importante como mecanismo de apoio às empresas, sendo uma mais-valia para os Empresários e para o Concelho como fator de promoção da atividade económica. A heterogeneidade dos sectores de atividade e as localizações geográficas das empresas apoiadas, que se situam espalhadas por todo o Concelho, permitem concluir que os esforços efetuados com a promoção e divulgação do Programa, possibilitaram o acesso aos mais variados segmentos alvo.

- 7- Em anexo apresento um reporte acerca da situação financeira da Câmara Municipal, bem como uma relação descriptiva dos designados “Passivos Contingentes”.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

A finalizar, informo que o saldo de tesouraria da Câmara Municipal, à presente data, cifra-se em Euros, repartido da seguinte forma:

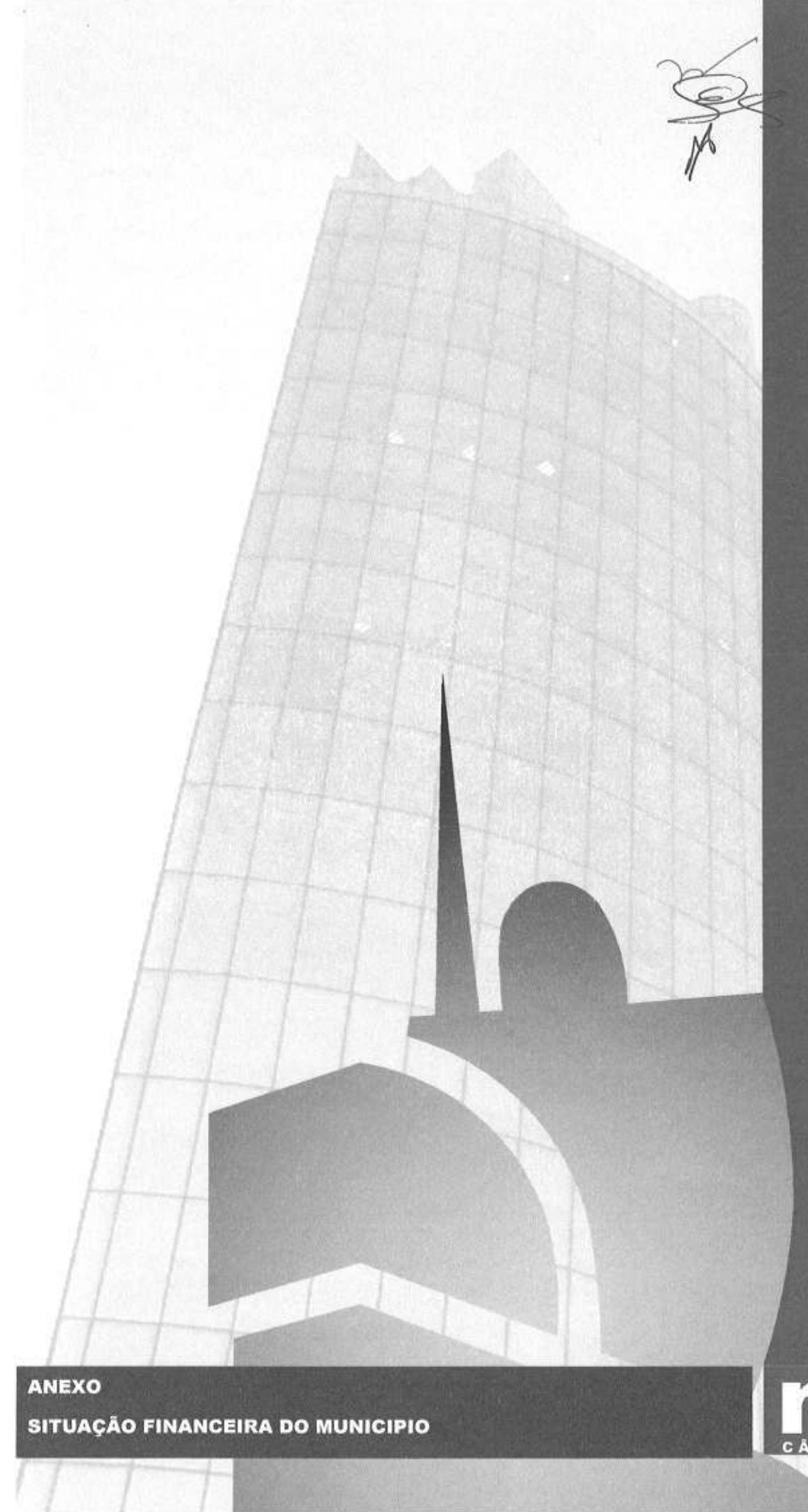
- | | |
|-------------------------------|--------------|
| a) Documentos – | 1.568.216,70 |
| b) Dotações orçamentais – | 6.923.544,64 |
| c) Dotações não orçamentais – | 3.834.371,28 |

Sendo tudo o que, ao momento, me cumpre informar, manifesto-me ao inteiro dispor de V. Exa e da Exma Assembleia Municipal para prestar quaisquer outras informações mais especiosas que, eventualmente, entendam por necessárias e ou convenientes.

MAIA E PAÇOS DO CONCELHO, 17 DE JUNHO DE 2014,

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(ENG. ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES)



ANEXO

SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

maia
CÂMARA MUNICIPAL

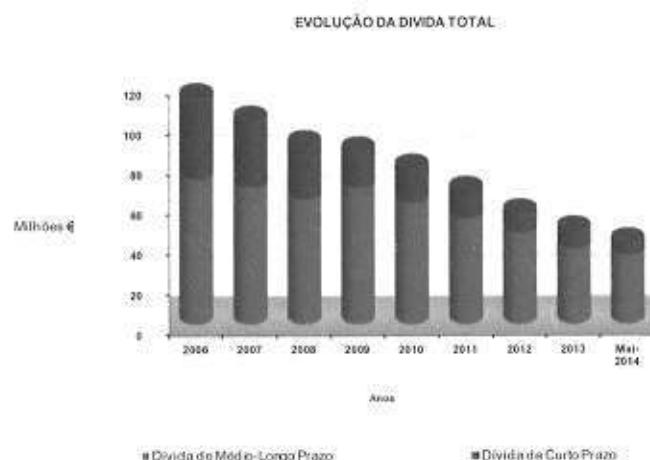
Evolução do Endividamento

Câmara Municipal Isoladamente

Quadro 1

	EVOLUÇÃO DA DÍVIDA TOTAL							
	2010	2011	2012	2013	Mar-2014	2013/2014	2006/2014	
Dívida de Médio e Longo Prazo	60.241.496	52.567.656	44.887.283	37.180.989	34.126.731	-3.054.238	-38.005.795	
Dívida de Curto Prazo	16.685.700	13.180.487	9.803.273	8.764.522	5.675.822	-3.088.699	-34.522.545	
Dívida Total	76.927.197	65.748.143	54.490.556	45.945.491	39.802.553	-6.142.938	-72.528.340	
Taxa de crescimento da dívida	+10,1%	+14,5%	+17,1%	+15,7%	+13,4%		+64,6%	
Médio e longo prazo	+11,3%	+12,7%	+14,6%	+17,2%	+8,2%		+62,7%	
Curto prazo	+5,3%	+21,0%	+27,1%	+8,7%	+35,2%		+85,9%	
(variação)								

Gráfico 1



À data de 31 de maio de 2014 verifica-se que:

- ✓ A Dívida Total ascende a 39.802.553 €, o que representa um decréscimo de (-) 6.142.938 € face à dívida existente em 31 de Dezembro de 2013. Em termos percentuais tal decréscimo representa uma variação de (-) 13,4%.
- ✓ A Dívida de Médio e Longo Prazo ascende a 34.126.731 €, o que representa um decréscimo de (-) 3.054.238 € face à Dívida de Médio e Longo Prazo existente no final de 2013. Em termos percentuais representa um decréscimo de (-) 8,2%.
- ✓ A Dívida de Curto Prazo ascende a 5.675.822 €, o que representa um decréscimo de (-) 3.088.699 € face ao valor existente no final de 2013. Em termos percentuais representa um decréscimo (-) 35,2%.
- ✓ A Dívida Total reduziu cerca de 72.528.340 € desde 2006, o que representa um decréscimo de (-) 64,6 %.

COMPOSIÇÃO E EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Quadro 2

	ESTRUTURA DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO					
	2009	2010	2011	2012	2013	Maio-2014
Empréstimos de Médio e Longo Prazo:	60.376.618	58.019.538	51.457.464	43.988.566	36.493.707	33.545.201
Empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento:	45.012.095	38.704.490	32.396.682	26.089.274	19.781.686	17.380.594
Empréstimo obrigacionado com o BCP no montante de 14.983.506,01	0	0	0	0	0	0
Empréstimo Bancário da ML_P com o BTA no montante de 29.927.873,82	19.209.150	16.483.623	13.898.097	10.912.576	8.127.044	8.734.280
Empréstimo Bancário da ML_P com BPI no montante de 20.000.000	13.980.147	11.933.530	8.916.012	7.900.296	5.883.677	4.875.308
Empréstimo Bancário da ML_P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	11.792.801	10.287.337	8.781.873	7.276.409	5.770.945	5.770.945
Banco Santander Total	6.774.588	5.269.124	3.703.660	2.258.106	752.732	752.732
Estado	5.018.213	5.018.213	5.018.213	5.018.213	5.018.213	5.018.213
Empréstimos sujeitos ao regime transitório para o endividamento excecionado:	21.364.520	20.215.348	19.090.581	17.899.282	16.712.041	16.184.607
Empréstimo Bancário ao abrigo Linha de crédito bancificado - Interpárias - como BTA no montante de 448.918,11	0	0	0	0	0	0
Empréstimo Bancário da ML_P com CGD - Complemento PER - no montante de 3.420.512,43 €						
Empréstimo Bancário da ML_P com o BEIS - Complemento PER - no montante de 2.428.716,06						
Empréstimo Bancário da ML_P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 1.421.928,26	6.462.700	6.179.270	5.800.388	5.595.764	5.205.123	5.142.440
Empréstimo Bancário ao abrigo Linha de crédito bancificado - PER 1 - como CGD - no montante de 7.481.068,40€	4.241.906	3.974.636	3.707.701	3.439.063	3.166.647	3.029.328
Empréstimo Bancário ao abrigo Linha de crédito bancificado - PER 2 - como CGD - até 21.007.737,65	10.659.914	10.061.443	9.482.497	8.883.654	8.250.471	7.902.831
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	1.533.123	1.321.858	1.110.193	898.727	687.262	581.630
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	1.533.123	1.321.858	1.110.193	898.727	687.262	581.630
Total da dívida de médio e longo prazo:	87.909.741	80.241.496	62.567.656	44.887.283	37.180.980	34.128.731
Taxa de crescimento	9,2%	+11,3%	+12,7%	+14,6%	+17,2%	-8,2%

de Portugal

À data de 31 de maio de 2014 verifica-se que:

- ✓ A dívida de médio e longo prazo apresenta para o período uma diminuição na ordem dos 3.054.238 euros, o que em termos percentuais se traduz em (-) 8,2%. O decréscimo é perfeitamente coerente com o escalonamento do serviço da dívida, mas também com a diminuição da dívida a fornecedores de imobilizado de médio e longo prazo.
- ✓ Do total dos empréstimos de médio e longo prazo, cerca de 48% correspondem a empréstimos contratados a 25 anos para financiamento da Habitação Social ao abrigo do Programa Especial de Realojamento (PER), atualmente não excecionados para efeitos de cumprimento do limite legal de endividamento.
- ✓ Cerca de 98% da dívida de médio e longo prazo encontra-se contratualizada através de empréstimos bancários, representando a dívida a fornecedores os restantes cerca de 2%.

COMPOSIÇÃO E EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE CURTO PRAZO

Quadro 3

	EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE CURTO PRAZO						Variação	
	2010	2011	2012	2013	Maio 2014	Piso	2013/2014	2008/2014
Fornecedores c/c	2.500.544	1.257.001	420.347	507.238	216.708	3,6%	-290.531	-4.329.158
Fornecedores imobilizado	9.469.913	6.567.481	873.670	4.857.808	1.954.911	34,4%	-2.902.925	-30.885.466
Outros credores	4.715.244	5.358.005	8.509.256	3.398.448	3.504.205	81,7%	104.757	890.037
Total de Dívida de Curto Prazo	16.685.700	13.188.487	9.603.273	8.764.522	5.676.622	100,0%	-3.088.699	-34.522.588
Taxa de Crescimento da Dívida de Curto Prazo	-8,3%	-21,0%	-27,1%	-8,7%	-36,2%			
- Fornecedores c/c	39,9%	-49,7%	-66,6%	20,7%	-57,3%			
- Fornecedores imobilizado	-8,9%	-30,6%	-39,7%	-821,1%	-59,8%			
- Outros credores	-13,3%	-13,6%	68,9%	-60,0%	3,1%			
Unicaja								

À data de 31 de maio de 2014 verifica-se:

- ✓ Uma variação de (-) 35,2% na dívida de curto prazo, o que em valor absoluto representa uma diminuição de (-) 3.088.699 €, influenciada sobretudo pela diminuição de (-) 2.902.925 € da rubrica de "Fornecedores imobilizado", já que as variações ocorridas nas duas restantes rubricas, embora não se compensem totalmente, introduzem um decréscimo líquido de apenas (-) 185.774 €.
- ✓ Que cerca de 62% da dívida de curto prazo é absorvida pelos "Outros credores", 34% pelos "Fornecedores imobilizado" e 4% pelos "Fornecedores em c/c".

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO

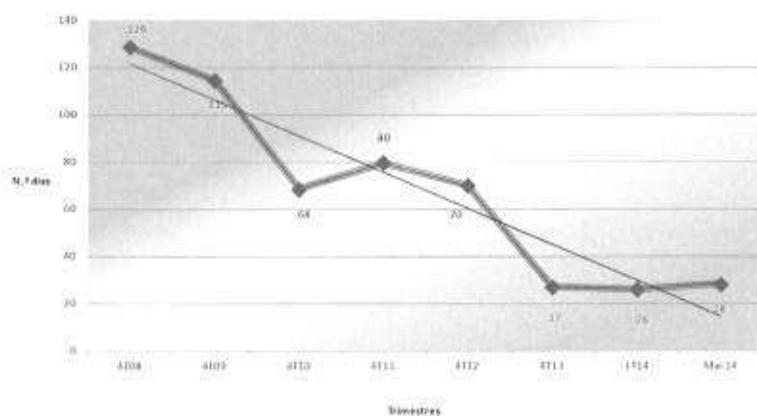
Quadro 4

	PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO							
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	1T14	Maio 14
$\frac{\sum AP}{\sum DP} \times 365$	129	115	68	80	70	27	26	28

(*) Calculado de acordo com a Resolução do Conselho de Administração n.º 326/2008, segundo o formulário de referência para o IFRS.

Gráfico 2

Evolução do Prazo Médio Pagamento



- ✓ Em maio de 2014 o prazo médio de pagamento posicionou-se nos 28 dias, demonstrando uma tendência sistematicamente decrescente desde 2008.

ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL (1.º trimestre 2014)

CÂMARA MUNICIPAL INCLUINDO IMPACTO DAS ENTIDADES PARTICIPADAS

Tendo por referência a Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, e o novo conceito de Endividamento, que engloba a dívida total de operações orçamentais do município e das diversas entidades nas quais participa, foi calculado um novo limite de dívida que não pode ultrapassar 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Considerando o exposto, apresenta-se uma apreciação ao endividamento municipal durante o primeiro trimestre de 2014, inserindo-se para esse efeito um mapa ilustrativo do cálculo deste novo limite, designado de "Límite da Dívida Total", com base nas receitas discriminadas nos termos do disposto na atual Lei das Finanças Locais, e conforme norma interpretativa da Direção Geral das Autarquias Locais.

Quadro 5

Receita Corrente Cobrada Líquida dos últimos três anos			
	2011	2012	2013
Município	56.020.745	56.928.774	53.881.244
SMAS	16.364.851	15.531.132	15.269.867
Total da Receita Cobrada Líquida	72.385.596	72.459.906	69.151.111
Média dos últimos três anos		71.332.204	
Límite da Dívida Total <=			106.998.307

Posto isto, em resultado do enquadramento legal aplicável em matéria de endividamento municipal e da apreciação das contas de todas as entidades participadas pelo município, insere-se um quadro resumo com a contribuição individual de cada uma das entidades, bem como do posicionamento do município face a este novo limite legalmente imposto.

Quadro 6

	DÍVIDA TOTAL		Variação (1T14)/(31Dez13)	Peso
	31Dez13	1T		
CMM	45.982.855,09	42.646.119,50	-7,3%	41,91%
SMAS	19.891.332,45	19.703.352,75	-0,9%	19,36%
LIPOR	10.417.494,63	10.290.088,21	-1,2%	10,11%
AMP	0,00	538,65		0,00%
EMBM*	0,00	0,00		0,00%
ACAD ARTES	254.196,94	249.631,87	-1,8%	0,25%
MAIA MUNDO				0,00%
MAIA MUNICIPAL*				0,00%
TECMIAIA (51%)	9.372.408,16	9.314.677,95	-0,6%	9,15%
MUNICIPA	53.543,96	57.457,92	7,3%	0,06%
NET	581,74	629,16	8,2%	0,00%
PRIMUS	139,43	139,36	0,0%	0,00%
PORTGÁS*	0,00			0,00%
HOSPITAL LIDADOR	126.005,84	126.005,84	0,0%	0,12%
Fundação Conservatório de Música	126.075,07	171.229,82	35,8%	0,17%
Fundação da Juventude	73.095,86	73.095,86	0,0%	0,07%
Fundação do Desporto	93,09	93,68	0,6%	0,00%
AdePorto (*)	5.613,80	5.699,94	1,5%	0,01%
Cooperzoo	1.482,06	1.482,06	0,0%	0,00%
APCTR	110.542,63	110.542,63	0,0%	0,11%
Turismo do Porto e Norte, ER	9.841,20	10.620,65	7,9%	0,01%
ANMP	539,00	539,00	0,0%	0,00%
Maianova	0,00	0,00		0,00%
Rede Intermunicipal de Cooperação e Desenvolvimento	0,00	0,00		0,00%
FEI MaiaMo	6.540.572,60	6.540.572,60	0,0%	6,43%
FEI MaiaGolf	9.046.681,51	9.046.681,51	0,0%	8,89%
FEI Praça Maior	3.184.901,54	3.404.237,28	6,9%	3,35%
Total Dívida Total	105.197.996,59	101.753.436,23	-3,3%	100,00%
Limite para Dívida Total	106.998.306,57	106.998.306,57	(Município + Smas)	
Margem	-1.800.309,98	-5.244.870,34		
Redução efectiva 2013/2014		-3.444.560,35		

(*) entidades que se encontram em equilíbrio de contas.

A análise dos dados apresentados no quadro supra permite concluir que, apesar das profundas restrições impostas pelo novo quadro legislativo, para um limite de dívida total de 106.998.307 €, no final do primeiro trimestre de 2014 a dívida total do município atingiu o montante global de 101.753.436 €, posicionando-o abaixo do limite legal em (-) 5.244.870 €, não obstante o perímetro de entidades que contribuem para o seu apuramento ter alargado significativamente e não se excepcionar qualquer tipo de endividamento.

Igualmente se regista que à data de 31 de Dezembro de 2013, a dívida total do município calculada com base nesta nova fórmula de cálculo, atingiu o montante global de 105.197.996,59 €, posicionando-o também abaixo do limite legal em (-) 1.800.309,98 €.

Comparativamente a 31 de Dezembro de 2013 verifica-se assim no final deste primeiro trimestre uma redução do montante global da dívida de (-) 3.444.560 €.

RS
MP



ANEXO

RELAÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS PENDENTES

maia
CÂMARA MUNICIPAL



RELAÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS PENDENTES

A data de 09/06/2014

PROCESSO	NATUREZA	AUTOR	FASE
1867/05.4TBMAI	Processo Judicial	António José Maia Moreira Torres	Acordão Judicial
1332/11.8BEPRT	Processo Judicial	SABE - Sociedade Administradora de Bens, S.A.	Despacho Saneador
907/13.5BEPRT	Processo Judicial	Lusitania - Companhia de Seguros	Aguarda Sentença
4364/12.6TBMAI	Processo Judicial	Portgreen - Construção e Manutenção de Jardins	Articulados
6887/11.4TBMAI-A	Processo Executivo	Condomínio Edifício Venepor	Sentença favorável (aguarda devolução da caução)
2687/13.5BERT	Processo Judicial	Higino Pinheiro & Irmão, S.A.	Articulados
916/12.1BEPRT	Processo Judicial	Construções Ferreira da Costa, S.A.	Recurso
3018/13.0BEPRT	Processo Judicial	Sindicato Nacional Administração Local	Articulados
3753/11.7BEPRT	Processo Judicial	Ana Rita Santos Moreira Fernandes	Articulados
738/13.2CEPRT	Processo Judicial	Gara-Malhas - Confecções, Lda	Prova Pericial
5343/12.8TBMAI	Processo Judicial	Adm. Condomínio D. Afonso Henriques/Folpredi - Construção II	Interveniente Acidental - Pedido de documentos
403/11.5BEPRT	Processo Judicial	Gonçalo Oscar da Silva Martins	Articulados
1114/10.4TBMAI	Processo Judicial	António Malheiro Alves e Outros	Prova Pericial
3471/11.6BEPRT/ AP A	Processo Judicial	STAL e José Manuel Amorim Silva	Articulados
18/13.3BEPRT	Processo Judicial	STAL	Aguarda Sentença
985/10.9BEPRT	Processo Judicial	Helena Paula Teixeira Guedes de Oliveira e Outros	Articulados
1781/10.4BEPRT	Processo Judicial	José Fernando Lopes Teixeira Silva	Articulados
382/13.4BEPRT	Processo Judicial	Augusto da Silva Pereira	Articulados
1508/11.8BEPRT	Processo Judicial	Cassiano Ribeiro/Eliana Marisa	Articulados
2533/11.4BEPRT	Processo Judicial	BP - Comércio de Combustíveis e Lubrificantes, S.A.	Articulados
3278/12.3BEPRT	Processo Judicial	Petróleos de Portugal - Petrogal S.A.	Articulados
2101/07.5TBMAI	Processos Judicial	Mário Jorge Pinho Casimiro e Outros	Prova Pericial
1930/10.7BEPRT	Processo Judicial	Maria Clara Castro - Unipessoal, Lda	Sentença Favorável
3443/11.6BEPRT	Processo Judicial	Fernando Pedroso, Lda e Outros	Audiência Prèvia - Suspensão Instância 90 dias
2826/11.10BEPRT	Processo Judicial	Luis Fernandes Rodrigues	Articulados
870/11.7BEPRT	Processo Judicial	Portgas	Recurso
1098/13.7BEPRT	Processo Judicial	José da Mota Pereira e Outros	Articulados
2040/09.5TBMAI	Processo Judicial	Faculdade de Ciências da Universidade do Porto	Negociação/Acordo
2118/095BEPRT	Processo Judicial	Sónia Maria Faria Gonçalves Santos	Aguarda Marcação Audiência Julgamento



RELAÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS PENDENTES

À data de 09/06/2014

PROCESSO	Natureza	AUTOR	FASE
289/13.1BEPRT	Processo Judicial	Liberty Seguros, S.A.	Julgamento
1073/11.6BEPRT	Processo Judicial	A.J.Monteiro	Aguarda Sentença
690/08.6BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	Paulo Guedes, Eliana Camisão	Articulados
501/09.BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	Paulo Guedes, Eliana Camisão	Articulados
1674/09.2BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	Paulo Guedes, Eliana Camisão	Articulados
2030/09.8BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	Paulo Guedes, Eliana Camisão	Articulados
1708/07.5BEPRT	Processos Judiciais	Iberusa Hotelaria e Restauração, S.A.	Articulados
2756/09.6BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	Paulo Guedes, Eliana Camisão	Articulados
2115/04.BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	Pontgás	Articulados
2041/04.BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	Pontgás	Articulados
1079/01	Processo Judicial	Jaime Ribeiro & Filhos	Prova Pericial
3468/11.6BEPRT	Processo Judicial	Matriz - Sociedade de Construções,L.da/J.F.Milheiros	Interveniente Acidental - Pedido de pagamento
8229/09.0BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	44A - Imobiliária e Turismo	Aguarda inquirição Testemunhas
1128/10.6BEPRT	Processo Judicial	Mais Maia - Promoção Imobiliária, Unipessoal, L.da	Aguarda Marcação Audiência Juízamento
2617/09.9BEPRT	Processos Judiciais	JSP - Transportes de José Silva Pereira, Lda	Articulados
2568/10.4BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	Prumo Ceno Investimentos Imobiliários, L.da	Aguarda inquirição Testemunhas
2046/06.6BEPRT	Impugnação Judicial	Pontgás	Recurso/Sentença Favorável Município
760/06.5BEPRT	Impugnação Judicial	Pontgás	Recurso/Sentença Favorável Município
1374/06.5BEPRT	Impugnação Judicial	Pontgás	Recurso/Sentença Favorável Município
181/05.7BEPRT	Impugnação Judicial	Pontgás	Recurso/Sentença Favorável Município
2225/05.3BEPRT	Impugnação Judicial	Pontgás	Recurso/Sentença Favorável Município
2895/06.5BEPRT	Impugnação Judicial	Pontgás	Recurso/Sentença Favorável Município
1867/05.1BEPRT	Impugnação Judicial	Pontgás	Recurso/Sentença Favorável Município
1004/05.2BEPRT	Impugnação Judicial	Pontgás	Articulados
271/09.7BEPRT-CB	Oposição à Execução Fiscal	Pontgás	Articulados
430/09.2BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	Pontgás	Articulados
919/09.3BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	Pontgás	Articulados
921/09.5BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	Pontgás	Articulados
144/09.1BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	Pontgás	Articulados
4416/09 e Apenso	Oposição à Execução Fiscal	Pontgás	Articulados
5697/09 e Apenso	Oposição à Execução Fiscal	Pontgás	Articulados
7129/09 e Apenso	Oposição à Execução Fiscal	Pontgás	Articulados
8419/09 e Apenso	Oposição à Execução Fiscal	Pontgás	Articulados



RELAÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS PENDENTES

À data de 09/06/2014

PROCESSO	Natureza	AUTOR	FASE
9557/09 e Apensos 11359/09 e Apensos	Oposição à Execução Fiscal Oposição à Execução Fiscal	Portgas Portgas	Articulados Articulados
12645/09 e Apensos	Oposição à Execução Fiscal	Portgas	Articulados
12655/09 e Apensos	Oposição à Execução Fiscal	Portgas	Articulados
14291/09 e Apensos	Oposição à Execução Fiscal	Portgas	Articulados
22581/09 2279/10	Oposição à Execução Fiscal	Portgas	Articulados
1604/08 9BEPRT	Ação Ad. Comum Ordinária	Maria de Jesus Assunção Carvalho Parchão	Aguarda Despacho Saneador
2192/12.7BEPRT	Ação Administrativa Comum Ordinária	ABB - Alexandre Barbosa Borges, S.A.	Aguarda Audiência Prévia
1442/09.1BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	Portgas	Articulados
4416/09 e Apensos	Oposição à Execução Fiscal	Portgas	Articulados
5697/09 e Apensos	Oposição à Execução Fiscal	Portgas	Articulados
7129/09 e Apensos	Oposição à Execução Fiscal	Portgas	Articulados
8419/09 e Apensos	Oposição à Execução Fiscal	Portgas	Articulados
9357/09 e Apensos	Oposição à Execução Fiscal	Portgas	Articulados
11359/09 e Apensos	Oposição à Execução Fiscal	Portgas	Articulados
12645/09 e Apensos	Oposição à Execução Fiscal	Portgas	Articulados
12655/09 e Apensos	Oposição à Execução Fiscal	Portgas	Articulados
14291/09 e Apensos	Oposição à Execução Fiscal	Portgas	Articulados
22581/09 2279/10	Oposição à Execução Fiscal	Portgas	Articulados
1604/08 9BEPRT	Ação Ad. Comum Ordinária	Maria de Jesus Assunção Carvalho Parchão	Aguarda Despacho Saneador
2192/12.7BEPRT	Ação Administrativa Comum Ordinária	ABB - Alexandre Barbosa Borges, S.A.	Aguarda Audiência Prévia
646/04 8BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	Ernesto S. Simão	Aguarda Sentença
1276/08.0BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
1669/08.3BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
687/09.9BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
1676/09.9BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
2327/09.7BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
3250/09.0BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
292/10.7	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
416/10.4	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
878/10.0BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
416/10.4	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
878/10.0BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
1383/10.0BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
2087/10.9BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
3324/10.5BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
1627/10.8BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
2049/05.8BEPRT	Ação Ad. comum de reconhecimento de direito	Renato Nuno Silva Azevedo	Sentença Favorável Município/ Recurso
1165/1998	Ação de processo ordinário	Maria Luisa Mendes de A. Chaves Ferreira	Execução Sentença



RELAÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS PENDENTES

A data de 09/06/2014

PROCESSO	Natureza	AUTOR	FASE
4817/06.4TBMAI	Ação de processo ordinário	Maria Cândida da Cruz Monira Ventura	Audiência de Julgamento
1953/13.4BEPRT	Ação Administrativa Comum Sumária	Liberty Seguros, S.A.	Articulados
1850/05.7BEPRT	Processos Judiciais	Manuel Fernando da Costa Pereira & Conceição, Lda	Articulados
191/04.1TYVNG	Processos Judiciais	Imoalbos - Gestão Imobiliária	Reclamação de Créditos sobre a massa insolvente
135/07.9TYVNG	Processos Judiciais	António de Almeida e Sucrs., Lda	Reclamação de Créditos sobre a massa insolvente
1936/06.0BEPRT	Processos Judiciais	Immãos Borges - Imobiliária, Lda	Sentença Favorável Município
177/03-A	Processo Judicial	Maria Albina Sousa Maia	Prova Pericial
5985/13.4TBMAI	Ação de Processo Comum	Debina Flor Vieira da Silva Cruz e outro(s)	Prova Pericial
1357/03	Execução Sentença	Manuel Lobão/Virginia Regufe	Liquidação sentença
1137/12.9BEPRT	Ação Ad. Comum - Sumária	Fernando Alberto Ferreira de Araújo	Audiência de Julgamento marcada
2123/13.7BEPRT	Ação Ad. Comum - Forma Ordinária	Aníbal Carvalho Machado e Outros	Articulados
2822/13.3BEPRT	Ação Ad. Comum - Sumária	Manuel Monteiro Correia	Articulados
2223/12.0BEPRT	Impugnação Judicial	Petrogal,S.A.	Articulados
2223/12.0BEPRT	Impugnação Judicial	Petrogal,S.A.	Articulados
180/14.8BEPRT	Ação Especial Impugnação Acto Administrativo	Eduardo Fernandes e Esposa	Articulados
556/14.0BEPRT	Ação Administrativa Comum	Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	Articulados
224/14.8BEPRT	Ação Administrativa Comum	Lusitânia - Companhia de Seguros	Articulados
60/14.7BEPRT	Ação Administrativa Comum	Agoreana- Companhia de Seguros, S.A.	Articulados
4/12.0BCPRT	Recurso Arbitral	LIPOR - Serviços Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos	Recurso
224/14.8BEPRT	Ação Administrativa Comum	Lusitânia - Companhia de Seguros	Articulados
1099/14.8BEPRT	Providência Cautelar	Fernanda Dias Alonso /Imoalcanena	Oposição
1062/14.9BEPRT	Ação Administrativa Comum	Liberty Seguros, S.A.	Articulados
2756/09.6BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	Eliana Marisa Camisão da Costa e Outros	Articulados
2487/07.1BEPRT	Ação Administrativa Comum	Fazenda Nacional	Aguarda Sentença

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

Ponto 3.4



Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Demais membros da mesa,

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Caríssimos Srs. Deputados e

Estimados membros do público:

Começamos esta intervenção por manifestar a nossa aprovação pela oficialização do Programa Municipal de Emergência Social cujo regulamento aqui aprovaremos.

Entendemos que, bem vistas as condições sócio-económicas actuais, fruto da política de pobreza e de abdicação que a actual governação nos impõe, é muito importante que o poder autárquico, dentro dos seus condicionalismos, contribua para corrigir as cada vez mais gritantes assimetrias sociais, combatendo a pobreza.

Os ataques aos direitos dos cidadãos, o alastramento da precariedade em diversas dimensões das vidas da maioria das pessoas, a inevitável pobreza que daí advém – tanto mal feito pelo governo e pela maioria que o suporta, levará muito tempo a sanar. Bem sabemos, é muito fácil destruir, difícil é construir. A inteligência nem sempre se sobrepõe à força bruta, como a nossa realidade política comprova á saciedade. Por isso é muito relevante tudo o que o poder autárquico – ele próprio tão atacado e mal tratado por este governo – actue como contrapeso, minorando a miséria semeada por Passos, o irrevogável ministro e seus sequazes.

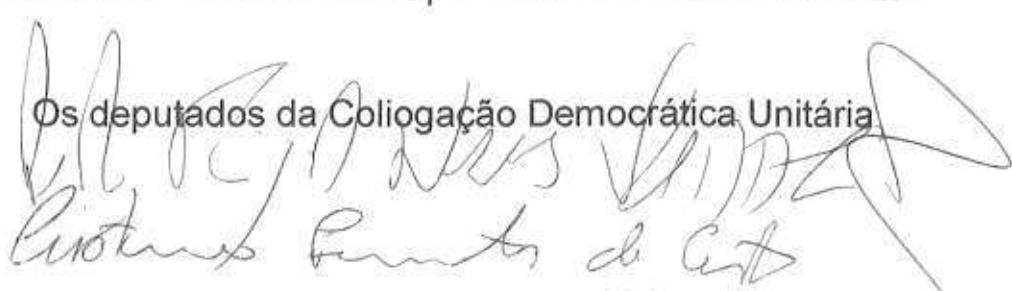
Deixamos porém um reparo que nos parece importante: nas condições previstas pelo regulamento, o acesso aos apoios de



emergência social só serão possíveis a agregados familiares em situações muito graves de pobreza. Naturalmente, copreendemos que os recursos são finitos. Ainda assim, reservar esta intervenção para situações extremas fará deste apoio um simples paliativo – importante, estamos certos, para quem a ele recorrer, mas em todo o caso, um paliativo. Ora, seria importante uma intervenção a montante que, mais do que o apoio em fim de linha, pudesse alavancar as pessoas que dele beneficiarão, num trabalho em rede, consertado com outras instituições, públicas ou não, que prestam apoio social, no sentido da superação das dificuldades e emancipação, num prazo razoável, dos apoios sociais. Política social é isto.

Para tal, minhas senhoras e meus senhores, seria necessário que este Programa de Emergência Social fosse mais audaz nos seus propósitos, que tivesse outra alocação de verbas e outro enquadramento político.

Não faremos uso de um discurso simplista e demagógico pedindo mundos e fundos. Mas é nosso dever, votando favoravelmente este regulamento, recordar o que já aqui enunciarmos sobre a necessidade de priorizar o apoio social na linha de acção política desta Câmara Municipal, que na nossa opinião está ainda longe do que poderia e deveria ser. São opções políticas, é precisamente disso que se trata, e é por isso que devemos tornar bem claro o nosso pensamento sobre o assunto.



Os deputados da Coligação Democrática Unitária

Maia, 25 de Junho de 2014

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Exmas. Senhoras Secretárias

Exmo. Senhor Presidente da Câmara e Exmos. Senhores Vereadores

Exmos. Senhores Deputados Municipais

Estimados Maiatos



O há muito esperado e questionado Programa Municipal de Emergência Social ganhou forma e está pronto a ser colocado em prática.

A Câmara Municipal da Maia ciente da progressiva degradação da situação socioeconómica de muitas famílias maiatas, consequência da crise económica e financeira que afeta a Europa e o País, assume-se como parte integrante neste combate às desigualdades sociais ao propiciar apoios aos seus municípios em momentos de maior crise.

Este é um momento que exige aos serviços públicos e a todos aqueles que intervêm na área social, no uso das suas competências e na assunção das suas responsabilidades, a racionalização dos recursos contribuindo assim para uma maior eficiência dos instrumentos sociais e a adoção de medidas de caráter excepcional que permitam satisfazer as necessidades básicas de vida, nomeadamente no que diz respeito à alimentação, habitação e saúde, numa situação de evidente emergência social.

Prosseguindo estes desideratos há longos anos, o Município da Maia implementou há 7 anos atrás os Gabinetes de Atendimento Integrado Local (GAIL), reconhecidos nacionalmente como uma boa prática social, cuja área de intervenção está especialmente direcionada para a ação social direta, constituindo-se como um espaço privilegiado de manifestação e diagnóstico das necessidades e dos problemas da população, através, nomeadamente, do atendimento e do acompanhamento social, visando apoiar os indivíduos e famílias em dificuldade, na prevenção e/ou resolução de problemas geradores ou gerados por situações de exclusão, permitindo, pela sua

Sempre pela Maia

proximidade às famílias e às pessoas, um acompanhamento mais presente, continuado e adequado aos que apresentam maiores evidências de necessidades.



Foi exatamente através dos G.A.I.L. (e da sua estrutura de base cuja extensão física ocupa todo o concelho da Maia) e aproveitando a experiência acumulada ao longo destes sete anos de intervenção social juntos dos agregados familiares mais carenciados, que foi implementado, no ano passado o **Programa Metropolitano de Emergência Social da Área Metropolitana do Porto**, destinado a disponibilizar um apoio financeiro excepcional e temporário a agregados familiares em situação de emergência social grave. Este apoio, que terminou em 31 de dezembro de 2013, cifrou-se em €126.563,00 (cento e vinte e seis mil, quinhentos e sessenta e três euros) repartido no apoio à habitação (72%), nos cuidados de saúde (15.4%), na carência alimentar (12.2%) e no apoio à educação das crianças e jovens (0.4%). É através dos GAIL que vemos assegurado o trabalho continuo de apoio a quem mais precisa.

No que concerne aos apoios alimentares, urge referir o importante trabalho desenvolvido pelo (Re)Criar – Centro de Apoio à Comunidade, programa promovido por esta Câmara Municipal em estreita colaboração com a Santa Casa da Misericórdia da Maia e as Juntas de Freguesia ~~de Águas Santas e Pedrouços~~, que acompanha mais de 600 agregados familiares através da distribuição de produtos alimentares provenientes do Banco Alimentar Contra a Fome e também de campanhas próprias de recolha de alimentos. Este trabalho só faz sentido tendo presente a articulação com outras entidades e respostas sociais existentes no concelho, promovendo desta forma uma maior eficiência e eficácia na concessão dos apoios sociais.

É nesta sequência e tendo presente o atrás mencionado que se tornou premente criar um **Programa de Municipal de Emergência Social** no Município da Maia, de forma a disponibilizar um apoio financeiro excepcional, pontual e temporário a

Sempre pela Maia
agregados familiares carenciados, em situação de emergência social grave, nomeadamente, no âmbito da habitação, dos cuidados de saúde e da carência alimentar.



Foi então neste seguimento que se criou o Regulamento do Programa Municipal de Emergência Social, o qual esteve em período de discussão pública durante trinta dias, não tendo existido qualquer contributo ou pedido de alteração. Este é um Regulamento que assenta em critérios claros e rigorosos, devidamente regulamentados, contribuindo assim para a transparência e eficiência do erário público, no apoio à habitação e cuidados de saúde.

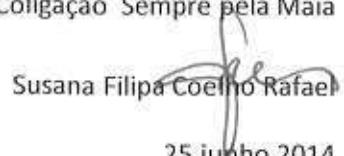
Importa referir, que o apoio à carência alimentar continuará a ser assegurado pelo (Re)Criar, a quem já foi atribuída uma verba para o efeito: melhorar e aumentar o número dos cabazes distribuídos, uma vez que a Câmara é a Entidade promotora, ou seja, para não existir duplicação de respostas.

No que concerne à esfera escolar, os apoios centram-se sobretudo na acção social escolar, pelo que, se entende a não duplicação de intervenções.

Mais uma vez, Senhor Presidente, soube a Câmara Municipal da Maia, através do pelouro ~~Solidariedade e Coesão Social~~ da Ação Social, colocar-se ao Serviço da População, especialmente daqueles que num momento mais agudo da sua vida, vão precisar de quem lhes estenda a mão.

Estão os deputados desta Coligação convictos de que, através da implementação de medidas como esta, irá esta edilidade continuar o trabalho de excelência desenvolvido até agora, para continuar a Ser uma referência para muitas famílias Maiatas.

A Deputada da Assembleia Municipal eleita pela Coligação Sempre pela Maia



Susana Filipa Coelho Rafael

25.junho.2014